



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO  
AMBIENTE**

**PRESIDENTE: PAULO FRANGE**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 23-06-22

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Falha na transmissão

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Boa tarde.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da décima quinta audiência pública do ano de 2022.

Informo que esta reunião está sendo transmitida por meio do endereço [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br), link Auditórios *On-line* e auditório virtual.

Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* diariamente desde o dia 15 de junho de 2022, desde o dia 16 de junho de 2022 no jornal *O Estado de S.Paulo*, e desde o dia 17 de junho de 2022 no jornal *Folha de S.Paulo*.

Foram convidados para esta audiência pública e para compor a Mesa os Srs.: Fabricio Cobra Arbex, Secretário da Casa Civil; Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Alexandre Modonezi, Secretário Municipal de Subprefeituras; Roberto Carramenha, Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Capital, representando o Ministério Público Estadual de São Paulo; Pedro Javaroni Machado Fonseca, Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo, representando o Sr. Jorge Alberto Mamede Masseran, Promotor de Justiça do Meio Ambiente de São Paulo; Geraldo Rangel de França Neto, do Ministério Público do Estado de São Paulo; Jairo, do Ministério Público; Jorge, Supervisor de Uso do Solo e Licenciamento – SUSL da Subprefeitura do Butantã.

Estão abertas as inscrições ao público para pronunciamento. Pela internet, já há 29 inscritos e, portanto, as inscrições estão encerradas.

Registro a presença, de forma virtual, do nobre Vereador Roberto Tripoli e, de forma presencial, a dos nobres Vereadores Rodrigo Goulart, Silvia da Bancada Feminista, Celso Giannazi, Sandra Tadeu, Fabio Riva, Eduardo Suplicy e Cris Monteiro.

Após as falas dos Secretários e dos demais membros da Mesa, passaremos a palavra aos inscritos, de forma presencial e virtual, pelo tempo de três minutos para cada.

Tem a palavra o Sr. Fabricio Cobra Arbex, Secretário da Casa Civil.

**O SR. FABRICIO COBRA ARBEX** – Boa tarde a todas e a todos. É um prazer imenso estar aqui. Cumprimento os Srs. Vereadores Rodrigo Goulart, Fabio Riva, Sandra Tadeu, Silvia

da Bancada Feminista, Roberto Tripoli e Celso Giannazi. Cumprimento também os demais Secretários, o Sr. Marcos Gadelha, de Licenciamento e Urbanismo, e o Sr. Modonezi, de Subprefeituras.

Venho trazer a palavra do Sr. Prefeito, que fez questão que nós regulamentássemos a questão das *dark kitchens*, que surgiram principalmente na época da pandemia, um momento em que todos estavam cumprindo restrições dentro de casa, o que facilitou o crescimento do setor. Geralmente essas coisas têm uma maturação mais de médio prazo, mas, com as mudanças tecnológicas, acabam sendo muito mais dinâmicas do que o processo legislativo e o executivo podem acompanhar. O Prefeito, portanto, fez questão de enviar para esta Casa o processo, sabendo que esse processo ia contar não só com a interação dos 55 Vereadores que representam a população, mas da própria sociedade civil por meio de audiências públicas, instrumento muito importante para que nós possamos ouvir e colher diversas contribuições a fim de que a regulamentação seja aprimorada e que possamos obter um avanço de uma política, sempre preservando e equilibrando tudo o que há em uma cidade complexa como São Paulo.

Eu não pude comparecer na audiência pública anterior, porque eu estava participando da audiência pública sobre o projeto de lei referente à Guarda Civil, mas o Secretário Modonezi compareceu, e hoje nós viemos exatamente com o intuito de promover a interação Poder Executivo, com os seus técnicos que criam normas e elaboram propostas, juntamente com o Poder Legislativo, os Vereadores que representam toda a população. Por meio desta audiência pública, vamos ouvir a população, a sociedade civil que está aqui em peso hoje para que nós possamos colher contribuições de aprimoramento do projeto de lei e da regulamentação dessa atividade que hoje ganhou uma importância na cidade de São Paulo.

Então, Presidente Paulo Frange, nós estamos aqui hoje mais para ouvir os Vereadores e a sociedade civil acerca desse tema tão importante.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Secretário Fabricio.

Registro e agradeço a presença de Ana Paula e de Rogério Marin, representando a Sra. Fernanda Maria de Lima Galdino, Subprefeita da Lapa; a da Sra. Doraney Santana de Oliveira e da Sra. Maria Isabel Agosti, representando o Sr. Richard Haddad Junior, Subprefeito de Pinheiros, e a do Sr. Alessandro Di Carlo Formigoni, representando a Sra. Joseane Possidonio, Subprefeita do Butantã. Contamos com a colaboração de todos, uma vez que o pessoal da área técnica é muito importante pela experiência que tem.

Tem a palavra o Sr. Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

**O SR. MARCOS DUQUE GADELHO** – Boa tarde a todas e a todos. Primeiramente cumprimento o Vereador Paulo Frange, Presidente desta sessão, em nome de quem cumprimento o Líder do Governo nesta Casa, Vereador Fabio Riva; a Vereadora Silvia da Bancada Feminista; a Vereadora Sandra Tadeu; Vereador Roberto Tripoli; Vereador Celso Giannazi; Vereador Eduardo Suplicy; Vereadora Cris Monteiro; os senhores e senhoras presentes.

Inicialmente, eu gostaria de dizer da importância desse assunto para a cidade de São Paulo. Talvez a minha fala possa ser redundante em relação ao que já foi exposto na sessão anterior, mas eu gostaria de explicar aos senhores que, perante o Executivo, é a SMUL a responsável pela elaboração de uma legislação apresentada, evidentemente para ser apreciada nesta Casa, onde as discussões devem acontecer, pois é o Legislativo que faz a discussão dos grandes temas da Cidade.

A Secretaria de Urbanismo e Licenciamento busca ter uma conduta totalmente descentralizada, participativa e transparente, e é por isso que recebemos todos que querem falar conosco sobre os temas da nossa cidade. Nós sabemos da importância desses temas, principalmente quando se trata de um assunto razoavelmente novo, gerado em um momento de exceção, que foi a pandemia, que pegou todos de surpresa. Foi uma situação muito difícil que, infelizmente, fez muitos de nós perder parentes e amigos próximos. Daí entendermos perfeitamente esse momento que esta cidade e o mundo viveram.

Muito preocupado com a situação, o Prefeito determinou que a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento tomasse algumas providências. Evidentemente, não há fórmula acabada, e propusemos a esta Casa uma proposta e audiências públicas a fim de avançarmos. Paralelamente, produzimos um decreto para coibir, naquele momento, o avanço da situação. Se eu tentar me prolongar, eu vou reproduzir muitos assuntos sobre os quais os senhores têm o total conhecimento, porque não há entre nós quem não viva no Centro ou no Centro Expandido desta cidade que não tenha se deparado com uma situação como a que nós estamos vivendo hoje em relação às *dark kitchens*. No entanto, nós temos que ser conciliadores em algumas situações, e é esta a ideia desta audiência: conciliar para o bem e não apenas suportar os fatos. Nós temos que considerar ideias que efetivamente tragam soluções a fim evitar o desconforto da população, que não é pequeno.

Eu recebi reclamações de amigos e parentes e sei do que eu estou falando, mas, ao mesmo tempo, foi um momento em que se desenvolveu um segmento da economia novo na Cidade e que não dá para anulá-lo. Então, com a minha fala inicial, eu proponho novamente que o que já está acontecendo nesta Casa avance para que nós possamos chegar a uma solução bem apropriada para esta cidade, pois esse é o interesse de todos. Temos que conciliar algumas coisas e, para tanto, temos que ter claríssimo que não dá para ter prejuízo nem desconforto, principalmente em relação aos odores. Quando me falam disso, eu costumo me lembrar que, há alguns anos, a cidade mais poluída do mundo, próxima a nós, era Cubatão, onde crianças chegaram a nascer sem cérebro. Por meio da tecnologia de filtros existentes, Cubatão se tornou uma cidade normal para se habitar e se viver.

Por isso, eu acho que a cidade onde nós vivemos, com o conhecimento que temos acumulado sobre ela, com as escolas e com os institutos que nós temos aqui, é impossível não acharmos uma solução técnica que minimizem esses problemas. No entanto, só para adicionar um pouco de pimenta nessa história, não nos esqueçamos que, se hoje nós temos problema com os barulhos das motos, nós temos que pensar na questão dos drones. Talvez eu esteja me

adiantando, porque eu não sei se já há *dark kitchens* que utilizando esses equipamentos, mas, com certeza, em um futuro muito próximo, isso também vai ser comum.

Portanto, vamos pensar direitinho como avançar nesses assuntos, porque nós precisamos ter um projeto que realmente atenda todos.

Eu encerro o meu pronunciamento inicial aqui e passo a palavra aos demais para depois retomar. Inclusive estão presentes hoje técnicos da Secretaria de Uso do Solo e Licenciamento, que estão à nossa disposição para esclarecer a questão da legislação.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Secretário Marcos.

**O SR. LUIZ** – Registro a presença do Dr. Roberto Torpedo, do Ministério Público, que atua conjuntamente com o Poder Público, sempre contribuindo e trazendo soluções.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Dr. Luiz.

A presença aqui conosco também do Vereador Suplicy, da Vereadora Cris Monteiro, da Vereadora Sandra Tadeu e do Supervisor de Uso do Butantã, Jorge. Obrigado por sua presença.

Vou passar a palavra para o Supervisor de Uso do Butantã, Jorge. Obrigado por sua presença.

Vou passar a palavra ao Secretário Alexandre Modonezi, Secretário de Subprefeituras.

**O SR. ALEXANDRE MODONEZI DE ANDRADE** – Boa tarde, Sr. Presidente, em nome de quem saúdo todos os presentes na Mesa e boa tarde a todos presentes.

Presidente, gostaria para acelerar o processo se o senhor permitir, que eu faça uso da fala mais para frente até para poder já ter alguma resposta, alguma coisa que tenha ligação visto que o Secretário Fabrício e o Secretário Marcos Gadelho já usaram a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Secretário. Os Vereadores presentes: Vereadora Silvia, Vereador Rodrigo Goulart vão falar mais adiante depois dos demais.

Vereadora Cris, também. Vereadora Sandra, também. Indago ao Vereador Suplicy se quer falar depois?

Tem a palavra o nobre Vereador Suplicy.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** – Sr. Presidente, Srs. Secretários, prezados Colegas, boa tarde a todos e todas.

Nosso primeiro item é um tema de grande repercussão na cidade de São Paulo a partir das novas dinâmicas de negócios que surgiram na pandemia.

O projeto de lei 362 estabelece regras aplicáveis a estabelecimento formados por um conjunto de cozinhas industriais utilizadas para a produção por diferentes restaurantes ou empresa destinadas à comercialização de refeições e alimentos, essencialmente, por serviço de entregas, sem acesso de público para consumo local, configurando a operação conjunta - regime de conglomerado ou condomínios cozinhas - popularmente chamadas de *dark kitchens*.

A presença desses novos empreendimentos é crescente, desde a pandemia, impulsionadas pela intensificação do uso dos aplicativos de entrega de refeições para trabalhadores e trabalhadores que passaram a cumprir sua jornada de trabalho em casa, o chamado *home office*.

Esses condomínios de cozinhas, novo negócio imobiliário, foram implementados em meio à bairros de uso predominantemente residencial como meio de inserção mais próxima dos usuários dos aplicativos, diminuindo o tempo de percurso e ampliando o número de entregas. Contudo, é notável que essa nova dinâmica urbana trouxe transtornos, em especial, às pessoas que residem nas proximidades dessas *dark kitchens*.

Desta forma, fez-se necessária a regulamentação da atividade, iniciativa que o Prefeito Ricardo Nunes encaminhou à Câmara Municipal de São Paulo na forma deste projeto 362, deste ano, que caracteriza a atividade na categoria de uso Ind1b, atividade industrial compatível a vizinhança residencial no que diz respeito às características de ocupação dos lotes de acesso, de localização, de tráfego de serviços urbanos e aos níveis de ruído, de vibração e poluição ambiental.

Os grupos de moradores têm defendido que a atividade seja caracterizada como Ind2, atividade industrial geradora de impactos urbanísticos e ambientais. (Palmas)

Que implica fixação de padrões específicos referentes às características de ocupação dos lotes, de acessos, de localização, de tráfico de serviços urbanos e aos níveis de ruídos e vibrações de poluição ambiental. Alegam, dentre outras coisas, impactos no tráfico local, ruídos sonoros, constante poluição difusa resultante das atividades das cozinhas.

Logo nessa primeira votação, acredito que se deve considerar que há muito que se debater a respeito dessa regulamentação proposta pelo Executivo com uma intenção positiva a que deve acontecer hoje nesta audiência. Contudo, é fundamental que o texto de conta de definir o que acontece com os empreendimentos já instalados, uma vez que estão enquadrados e licenciados conforme a legislação vigente.

Então, coloco-me à disposição da sociedade civil para melhor entendermos os pontos de melhoria. Inclusive, marquei uma visita, Srs. Secretários e presentes, porque eu não conheço essas cozinhas modernas, mas eu resolvi e já marquei na próxima segunda-feira, às 10h30, visitar uma *dark kitchen* no Brooklin, para conhecer. (Palmas)

Então, Sr. Presidente Paulo Frange, quero cumprimentar a Comissão de Política Urbana por esta audiência pública e eu vim para aprender e conversar com os senhores sobre qual a melhor decisão a tomar no interesse de todos os paulistanos.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Vereador Suplicy.

É mais uma vez uma sessão de socialização de angústias. Vou dar por encerrada as inscrições. Já temos 60 inscritos. Senão, inviabilizamos a audiência pública.

Vou passar a palavra ao Dr. Roberto Carramenha.

**O SR. ROBERTO CARRAMENHA** – Boa tarde a todos.

Sou Roberto Carramenha, Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Capital e é uma retribuição ao convite que foi feito por nós ao Vereador Paulo Frange que nos deu a grata honra



de comparecer a nossa audiência pública ontem, quando tratamos das questões referentes à produção de ruído, a questão de poluição sonora que ocorre na Capital.

Ficamos honrados com o convite de poder participar hoje do tema desta audiência pública que diz respeito a uma questão nova, desconhecida tanto da população quanto das autoridades públicas, quanto do próprio Ministério Público. É uma atividade que veio a ser exercida e, a princípio, licenciada algumas atividades já em exercício causando transtornos à população e que, de certa forma, causou uma inversão da situação porque particularmente, na minha visão, poderia ter sido o primeiro regulamentado para depois se verificar a situação do licenciamento dessas atividades. (Palmas)

Em segundo lugar, eu faço a observação de que se faz presente hoje não só eu, como Promotor de Justiça do Meio Ambiente, mas os meus demais colegas da Promotoria de Justiça no Meio Ambiente da Capital e o colega Pedro Javaroni, colega da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo.

Temos visto que os impactos que vêm sendo causados por aquelas atividades que já estão em exercício e aqui eu percebo nas duas audiências públicas que tiveram na Comissão de Constituição e Justiça que eu assisti, infelizmente não pude comparecer, mas assistir pelo YouTube e pude perceber que a preocupação também da população não é impedir a realização de uma atividade econômica. (Palmas)

Em momento algum vemos a sociedade se posicionar contra a *dark kitchen*, mas a questão que se coloca é a questão principal de onde ela deve ser exercida. (Palmas)

Evitando-se dessa forma tanto os impactos ambientais que nós já estamos constatando em cinco ou seis casos que já foram apresentados à Promotoria, como também os impactos urbanísticos que estão sendo avaliados pelos colegas de Habitação e Urbanismo, por isso que estamos numa ação conjunta e fizemos questão de receber de forma honrosa esse convite para poder participar.

Estamos aqui também muito mais como ouvintes, para ouvir as reclamações e ter subsídios para os nossos inquéritos civis do que efetivamente participar e dar uma opinião mais

abalizada sobre a questão por uma razão: os nossos inquéritos estão em fase de instrução. Os nossos inquéritos civis estão em fase de apuração técnica com nosso órgão técnico, chamado CAEx, e nós dependemos dessas visitas, vistorias que são feitas pelos nossos órgãos técnicos para também nos subsidiar de informações para poder entender e compreender melhor o tema.

Espero e desejo que seja uma profícua audiência pública, que haja soluções para esse tipo de problema. Reitero, eu não percebo na fala da comunidade uma manifestação contrária a esse tipo de empreendimento. Repito isso porque foi o que ouvi com muita clareza nas audiências públicas que eu assisti via YouTube quando realizadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Mas eu acho que há a necessidade extrema, principalmente desta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente com as questões que envolvem os impactos urbanísticos e ambientais que serão causados pelo exercício desse tipo de atividade.

É isso. Agradeço o convite. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Muito obrigado, Dr. Roberto. Foi muito claro.

A presença de vocês enriquece muito a audiência pública e também qualifica o debate.

Dr. Pedro Javaroni, Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo, com a palavra.

**O SR. PEDRO JAVARONI MACHADO FONSECA** – Boa tarde, Vereador Paulo Frange. Boa tarde a todos e todos.

Sou Pedro Javaroni, Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital. Sou Promotor Substituto e faço das palavras do Dr. Carramenha as minhas. Mas, de qualquer forma, o Ministério Público está ciente da situação da *dark kitchen*. A gente tem bastante consciência principalmente a respeito da questão do zoneamento. A gente não acompanha desde este ano, mas sim desde o ano passado a questão relativas às *dark kitchens* na Promotoria que estou acumulando atualmente, que é a Promotoria de Habitação Urbanismo.

A questão primeiro chegou da *dark kitchen* da Rua Doutor Dolzani, que fica na Vila Mariana. Depois chegou a notícia da *dark kitchen* que foi construída no Paraíso e, agora,

recentemente, no Panamby. Em razão disso, instauramos investigações específicas para cada uma dessas *dark kitchens*.

Além dessas investigações específicas, um pouco antes de ser encaminhado esse projeto de lei e também o Decreto que suspendeu as atividades das *dark kitchens*, nós instauramos uma investigação conglobada, que chama de inquérito civil estrutural que abrange todas as *dark kitchens* que estão presentes no município de São Paulo para apurar questões relativas ao saneamento e também questões relativas a própria expedição de alvará de funcionamento e alvará de edificação e aprovação de obra nova.

- Aplausos.

**O SR. PEDRO JAVARONI MACHADO FONSECA** – Só para deixar claro para senhoras e senhores, atualmente, da mesma forma que o Dr. Carramenha falou, encaminhamos também uma investigação em apartado na investigação do meio ambiente para o órgão técnico do Ministério Público, que é CAEx, para apurar efetivamente qual que seriam os impactos tanto na perspectiva urbanística que é a nossa atribuição, que eu acho que é a questão mais relevante para Promotoria de Habitação e Urbanismo, a respeito do zoneamento, a questão também relativa ainda que não seja classificado ou seja como polo gerador de tráfego em razão das questões relativas a motocicleta e carga e descarga, também as questões relativas ao impacto de vizinhança e sobre a necessidade ou não de se elaborar um estudo de impacto de vizinhança.

Por fim, também agradeço a presença do Secretário de Urbanismo e Licenciamento Dr. Marcos Gadelho e agradecer a presença dos técnicos que vão estar aqui e com certeza vão conseguir esclarecer bastante os questionamentos inclusive do próprio Ministério Público a respeito do projeto de lei encaminhado.

Obrigado. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Muito obrigado.

Vamos passar a ouvir a Associação Panamby na figura de Elisabete Gaspi.

**A SRA. ELISABETE GASPI** – Boa tarde a todos.

Cumprimento a bancada de Vereadores, cumprimento a população paulistana, o público presente.

Estou pela terceira vez nesta audiência pública solicitando aos Vereadores, que são a voz do povo, ao Ministério Público, que também representa o povo, que não deixem seguir as obras dessas *dark kitchens* no Panamby, porque lá tem um patrimônio tombado ao lado do lugar onde eles estão construindo. Lá é uma rua que não tem mobilidade para se construir uma *dark kitchen*. Eles têm de se estabelecer em áreas de *shopping*, estilo *shopping*, onde têm docas, onde tem higiene para os *motoboys*, para os fornecedores de insumos. Eles têm de ir para o local correto e eles têm de ser enquadrados como Ind-2-1, porque eles são indústrias alimentícias. (Palmas)

Quando eles montaram as primeiras *dark kitchens*, eles montaram em cima de uma lei, eles se enquadraram em cima de uma lei retrógrada. Por isso que eles montaram. A lei tem de ser revisada, eles têm de ter o enquadramento certo de indústrias. Eles compraram em locais baratos, porque a visão deles, o que é? É só o capitalismo. É lucro, lucro, em mais lucro. Vidas importam. Moram pessoas lá, do lado dessas *dark kitchens*, pessoas que estão sendo incomodadas. (Palmas) Pessoas que estão tendo problemas mentais. Moram crianças, moram bebês. Têm vidas lá e vocês não estão compreendendo isso aí ou não querem compreender.

Agora, vejam bem, construir 32 cozinhas em um bairro residencial? Construam em um local apropriado. Construam nas marginais. Construam, sei lá, em áreas de shopping, onde eles fazem o estudo. É aí que vocês têm de construir. Vocês não têm o direito de tirar a paz, a saúde e a tranquilidade do paulistano. Vocês não têm.

Eu peço aos Vereadores, à Promotoria, ao Ministério Público que realmente revisem isso daí, porque estão subestimando a nossa inteligência. (Palmas) Eles estão querendo que nós aceitemos que o errado seja certo. O errado é errado. Eles estão errados. Nós não somos contra o empreendimento. Nós somos contra onde vocês estão se estabelecendo: em locais isolados, em locais residenciais, em locais onde têm famílias.

Ainda tem mais um problema. Eu não sei se vocês se lembram do *Shopping Osasco*, o Osasco Plaza *Shopping*, que explodiu, foi para os ares por causa de vazamento de gás. Imaginem 32 cozinhas que têm lá? Vai ser uma boate *Kiss*. E esses coitados desses funcionários que estão trabalhando lá, em um cubículo de 20 metros?

O Ministério Público tem de nos ouvir. Os nossos Vereadores, que são a voz do povo, têm de nos ouvir. O Ministério do Trabalho tem de ser acionado e a Vigilância Sanitária também tem de ser acionada. E eu peço que as *dark kitchens* sejam enquadradas em Ind-2-1, porque é o que elas são: indústrias alimentícias.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Elisabete.

Próximo, Marcos Rosiê, da Vila Romana.

**O SR. MARCOS ROSIÊ** – Boa tarde a todos.

Acho que todos aqui me conhecem, conhecem a minha história. A Vila Romana, infelizmente, foi o primeiro ponto zero, onde a primeira *dark kitchen* inaugurou e opera até hoje. Então, nós estamos há exatos dois anos vivendo esse mundo. E eu quero retomar aqui uma coisa que eu falei para o CEO da empresa, que veio a minha casa, olhos nos nossos olhos e veio com um discurso conciliatório, obviamente, e eu falei para ele: “Olha, se nós não te ouvirmos, nem sentirmos o cheiro, nem sequer sabermos que você está lá, nós não teremos o menor problema com você”. Mas existe uma limitação técnica, quando você tem 35 cozinhas expelindo ar, isso gera barulho, isso gera cheiro, isso gera gordura, isso gera lixo. Quando você tem *motoboys* indo e vindo para atender 35 cozinhas, você tem um impacto na vizinhança. E quando você tem essa proximidade com residências, é inevitável que você tenha, sim, incomodidade. “Ah, mas nós temos leis para isso”. Sim, mas nossas leis não preveem. Por exemplo, 50 decibéis. Cinquenta decibéis é o nosso mínimo, pela lei, para período noturno. Só que 50 decibéis contínuos, em uma frequência aguda, é muito diferente do que 50 decibéis esporádicos. Então, a nossa legislação não prevê isso. Então, nós ficamos de mãos atadas.

Nós temos, aqui, uma chance, esta Casa, aqui, tem uma chance de não ter – e eu não vou falar a preguiça, mas vou falar a vontade de fazer as coisas de forma célere e simplesmente passar uma legislação tampão ou; “Ah, vou categorizar com alguma coisa que já existe”. Nós pleiteamos Ind-2, porque nós sabemos que isso garantirá que eles estejam fora das nossas zonas, onde não tem residência. Isso representa 3% da Cidade. Se nós formos ter, aqui, uma conversa conciliatória, um estudo aprofundado precisaria ser feito para entender exatamente onde nós não temos residência, onde nós não temos impacto. Se nós simplesmente fizermos uma legislação branda, abriremos brecha para que eles estejam do lado de nossas residências. (Palmas)

Então, isso tem de ser analisado. Nós já disponibilizamos para esta Casa estudos técnicos e laudos para suportar a análise de vocês. Nós deixamos as nossas casas abertas para que vocês as visitem e entendam com o quê nós convivemos há dois anos. Eu peço para que vocês, realmente, façam. Vocês, aqui, têm a oportunidade de fazer algo que vai moldar gerações para frente. Se nós não fizermos algo correto neste momento, nós vamos ter vidas impactadas, sim. (Palmas)

Eu trabalhei seis anos administrando *shopping centers*. Eu vou levantar mais um ponto para vocês. Se vocês colocarem 35 operações iguais para concorrerem com o resto do bairro, com todas as *hamburguerias* locais, com todos os negócios que são feitos, vocês canibalizam o mercado. Eu sei disso porque eu já gerei grandes empreendimentos aqui em São Paulo. E nós tínhamos, como administradores, de ter o cuidado de não canibalizar uma categoria. Essas cozinhas industriais não têm política para isso. Então, onde você tinha, em um raio de dez metros, dez *hamburguerias* concorrendo, agora você tem 20. Todas vão quebrar. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Marcos.

Tem a palavra, Mariana Parker, também da Vila Romana.

**A SRA. MARIANA PARKER** – Obrigada.

Boa tarde a todos. Eu gostaria de começar pedindo muito para o Ministério Público: nós, da Vila Romana, fomos o primeiro bairro a entrar no Ministério Público. Já faz mais de um ano e meio. Já estamos no quarto Promotor. Dr. Rangel, por favor, peço para que você nos ouça e veja os nossos pedidos, porque nós não aguentamos mais, de verdade. A questão é que precisa parar o sistema de alvarás eletrônicos, em que qualquer um se caracteriza da maneira que quiser. (Palmas) E o problema que nós enfrentamos, por exemplo, com a *kitchen central*, que tem o Jorge Pilo como CEO, e que esteve em nossas casas por inúmeras vezes, foram mais de dez vezes, e ele sentiu o cheiro que sai das coifas dele, e ele disse, na minha cara, que o cheiro dependia do vento. Para onde o vento levasse, as pessoas sentiriam o cheiro. Então, quer dizer, quando nós temos uma cidade como Cubatão, que foi mencionada aqui, em que houve um investimento para que, de fato, a cidade parasse de ter aquele cheiro que ela tinha..., os investimentos que são feitos por essas *dark kitchens* hoje não são suficientes. Uma operação que tem 126 milhões de dólares de aporte inicial, investir 35 mil para colocar um filtrozinho a mais lá, e que não fez diferença alguma em nossa qualidade de vida, não é nada. Uma operação de tem 126 milhões de dólares de um fundo saudita, como aporte inicial, nos falar que 600 reais em uma placa acústica é muito dinheiro e não vai ser feito. Seiscentos reais por metro quadrado. Falar que isso é muito dinheiro para ser investido, porque eles já atingiram os 50 decibéis, e do lado da minha casa ficar sem nenhuma proteção, não é uma desculpa. Quer dizer, o barulho reverbera nas outras paredes e volta inteiro para dentro da minha casa. Eu ter de sair da minha casa por mais de um ano, porque não aguentávamos viver em nossa própria residência, desculpa, isso não é justo com a população que paga o seu imposto... (Palmas) Durante a pandemia, nós fomos obrigados a ficar dentro de nossas casas e não pudemos ter um descanso, não pudemos ter um respiro, não pudemos ter o direito de dormir, não pudemos ter o direito de descansar dentro de nossas casas. E tudo isso porque uma indústria se instala lá e fala para você: “Ah, não, o cheiro depende do vento”; “Ah, não. Eu não vou investir mais porque eu já cheguei no limite dos 50 decibéis. Então, eu não preciso disso”.

Então, Ministério Público, por favor, nos ajude. Por favor, olhe o nosso caso com carinho, porque nós, como cidadãos, precisamos de vocês que legislam.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Mariana.

Para os nossos inscritos *on-line*, Ana Vitória Staniak. (Pausa) Eu volto a chamar. Gilvan Ferreira. (Pausa) Carla Lascale, da Vila Mariana.

**A SRA. CARLA LASCALA** – Boa tarde.

Eu queria muito agradecer ao Ministério Público por ter acatado o nosso pedido. Nós tivemos, infelizmente, essa *dark kitchen* instalada na época da pandemia. Ela simplesmente se infiltrou no meio das residências. Quem assistiu à reportagem do *SPTV*, exibida na semana passada, pode perceber que uma das chaminés está voltada para a casa do vizinho. Ela quase está dentro da casa do vizinho. Ela não está em funcionamento agora, mas serão 23 chaminés funcionando. Eu não quero na minha casa, nem na janela da minha casa, porque eu tenho o direito de abrir a minha janela, de sentir o cheiro de hambúrguer e de batata frita.

Quando ela funcionou – e ela tinha umas duas ou três cozinhas no começo e depois (Falha na transmissão) ...de hambúrguer, de batata frita, porque, realmente... (Falha na transmissão) ...o vento... (Falha na transmissão).

Então, eu quero perguntar para os donos do empreendimento, nós não somos contra o empreendimento, mas queremos que eles estejam no local devido, que é uma Ind-2-1. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Muito obrigado, Carla.

Retorno à Ana Vitória Fernandes Staniak. (Pausa) Ana Vitória? (Pausa) Vamos voltar em seguida. Jorge Lira Tonini. (Pausa) Renato Stavropoulo Barcha. (Pausa) Vamos voltar aos presenciais e depois retornamos.

Fabio Hirota, da Associação Amigos do Panamby.

**O SR. FABIO HIROTA** – Senhores, boa tarde. Obrigado pela presença dos Srs. Vereadores, Secretários, pessoal do Ministério Público.



Meu nome é Fabio Hirota. Sou empresário e moro no Panamby. Como disse bem o Promotor, nós não somos contra, de maneira alguma, esse novo modelo de negócio, não somos contra inovações, mas quando esse novo modelo de negócio é feito com responsabilidade, com ética, com respeito e não em qualquer lugar. Este é o ponto. (Palmas)

Eu gostaria que fosse exibida esta imagem.

- Orador passa a se referir à imagem exibida.

**O SR. FABIO HIROTA** – Temos aqui, Vereador Suplicy, o senhor que não pode ver uma *dark kitchen*, olhe isso aqui.

Vereadora Cris Monteiro, isso não é ornitorrinco. Eu consigo identificar características de indústria. Trinta e duas cozinhas em um mesmo lugar, com potencial imenso de incêndio, de explosão, ao lado de casas residenciais.

Gostaria de mostrar para vocês a imagem dois, se possível, onde estão querendo construir uma *dark kitchen*, lá no Panamby. Senhores, é um absurdo inaceitável, no meio de três, quatro prédios residenciais. Isso é inadmissível, perto do Parque Burle Marx, a 300 metros em linha reta.

Olhem, este é um tucano, senhores, Promotor do Meio Ambiente, é um tucano que fica no terraço, nos nossos terraços, aparecem lá. Aqui tem macaquinhos, micos, que vão jogar tênis com a gente. Os senhores já imaginaram o tucano entrando numa chaminé? Uma chaminé que ficará ao lado dos prédios. Como o Marcos falou, com a turbina, o cheiro vai empestear as roupas como foi dito por um morador, inclusive, o filho dele sofre *bullying* porque é chamado de bacon. Isso não pode acontecer.

E eles estão querendo colocar lá no meio. Olhem a área verde que temos. Precisamos parar...

- Manifestações na plateia.

**O SR. FABIO HIROTA** - Exatamente. Por que não parou essa obra ainda, senhores?

- Manifestações na plateia.

**O SR. FABIO HIROTA** - Isto é um absurdo. Esta é uma imagem cedida do Brooklin, vou pedir para dar uma parada, olhem o tanto de motoboys que ficam estacionados, olhem a quantidade. Lá no Panamby é tão estreito, até estão tendo dificuldade de trazer os caminhões para poder manobrar. Nós temos ruas íngremes, é quase impossível chegar lá, fico imaginando as motos passando.

- Manifestações na plateia.

**O SR. FABIO HIROTA** - Exatamente. Ou seja, senhores, não dá para aceitar esse tipo de negócio em qualquer lugar. E eles disseram na audiência passada que têm o direito adquirido, e foi muito bem falado por um morador: direito adquirido somos nós que temos que ter para ter silêncio na hora de dormir. Nós que temos o direito de poder dormir sossegados, descansar, de não ter poluição, abrir a janela e vir fumaça na cara, senhores. É isso que peço, por favor, Srs. Vereadores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado. Com a palavra o Sr. Daniel Bianchi, também do Panamby.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. DANIEL BIANCHI** – Boa tarde, sou o Daniel, morador do Panamby, resido no mesmo edifício que o Fabio e outros tantos que estão aqui, muito prazer estar aqui hoje falando um pouquinho do drama que temos vivido, tantos bairros estão sofrendo o mesmo problema.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. DANIEL BIANCHI** – Gostaria de dar andamento na questão ambiental que o Fabio abordou, o Panamby é algo surreal, é uma aberração, não tirando todos os problemas que todos os bairros estão vivendo, mas o Panamby é um case, é para parar, sentar, debruçar e estudar o que essas cozinhas, essas usinas estão fazendo com um bairro como o nosso.

Temos dois vídeos para expor. Um vídeo intitulado Micos e outro Tucanos, para vocês terem noção do que o Fabio quis mostrar com apenas algumas fotos, não sei se está na agulha, no ponto para soltar.

- Apresentação de vídeo.

**O SR. DANIEL BIANCHI** – Esse é o Panamby, senhores, um resquício de mata atlântica que temos o prazer de ter ainda no Município de São Paulo.

- Manifestações na plateia.

**O SR. DANIEL BIANCHI** – Nada. Nada. Temos vídeos também de micos. Pode colocar um pouquinho para a frente, estamos falando com propriedade, falando e mostrando para os senhores o impacto que uma operação dessa vai gerar num oásis que temos em São Paulo.

A escolha dos terrenos da *Kitchen* Central segue uma mesma linha. Estamos falando de micos, eles escolhem terrenos micados. Terrenos que as construtoras não têm interesse em adquirir, terrenos que os proprietários estão loucos para vender, porque ali não cabe a construção de um prédio, terrenos baratos. Muitas vezes situados assim como no Panamby, dentro de um perímetro cercado de três prédios residenciais, aonde nenhum comércio chega perto.

Os senhores têm uma responsabilidade muito grande nas mãos hoje, temos aqui representantes de “n” bairros de São Paulo que estão vivendo esse problema. Estamos aqui pedindo socorro na terceira audiência. Socorro.

- Manifestações na plateia.

**O SR. DANIEL BIANCHI** – A palavra é: nos ajudem. Essa empresa chega com muito dinheiro, não existe teto para investimento e nada importa.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado. Próximo, Sr. Abílio Kyrillos.

**O SR. ABÍLIO KYRILLOS** – Boa tarde, muito obrigado pela oportunidade, vou dar continuidade a essa fala, essa lógica perversa da aquisição do terreno micado, barato, fundamentalmente entre residências. Isso é de um absurdo tal que ficamos realmente muito indignados.

Sou empresário, ninguém aqui em sã consciência, isso já foi muito bem dito, é contra empreendedorismo, geração de emprego, negócio, isso é bom para todos. O que se contesta de

fato é essa lógica perversa que vem alimentando isso e de maneira absolutamente oportunista, chegam como verdadeiros invasores. Nós temos o direito de estar lá, pagamos impostos por estar lá e compramos uma tranquilidade por estar lá.

Então, é óbvio, o mundo evolui, os modelos de negócios evoluem, mas tem de ser visto isso. Não é porque lá é uma zona que hoje é considerada eventualmente como, que pode algum tipo de negócio que vocês legisladores, é essa a nossa demanda para vocês legisladores, para o Ministério Público, entenderem o seguinte, independentemente do fato de poder comércio, não pode qualquer comércio. Poxa, é um negócio novo e tal, beleza. Então, como vocês bem disseram, isso tem de ser feito de maneira muito sustentável, inclusive.

Aliás, falando em sustentabilidade, falando em negócio, eu como empresário, conheço exatamente o meu tamanho, o meu “localzinho” no mundo, mas fico indignado, será que estes empresários grandes, poderosos e tal, não perceberam que a população está criando uma revolta tal que isso vai virar contra o próprio modelo de negócio deles.

- Manifestações na plateia.

**O SR. ABÍLIO KYRILLOS** - É ridículo. É absolutamente ridículo o que tem sido feito. Agora, estou de verdade, senhores, estou com a boca seca de tanto pedir ajuda. Estamos convivendo com isso há oito meses, falando, isso aqui é um absurdo, não dá para evoluir, para, vamos estudar a lei, vamos fazer isso.

- Manifestação do público.

**O SR. ABÍLIO KYRILLOS** – Ah, não, eles têm o direito de construir. Ninguém está dizendo que eles têm direito ou não têm direito, eles podem construir sim, no local adequado. Mas enquanto vocês legislam, por favor, impeçam o avanço dessa obra.

- Manifestações na plateia.

**O SR. ABÍLIO KYRILLOS** – Tem que impedir o avanço da obra até estar concluído o estudo de vocês, porque depois vem a brecha, olha, eu estou com a obra pronta aqui, vou fazer... Não dá. Vocês estão vendo o mal que já é feito, não permitam que evolua isso, porque

isso não vai se limitar ao Panamby. Isso vai para a Cidade toda, vai para outros bairros da Cidade.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado. Agora, on-line, vamos chamar Roberto Delmanto Junior, da Associação Amigos do Panamby.

**O SR. ROBERTO DELMANTO JUNIOR** – Boa tarde, como advogado da Associação Amigos do Panamby e advogado do Movimento SOS Panamby, fiz uma representação ao Ministério Público mostrando o absurdo que é esta construção no Panamby. É nítido que esse conglomerado com 32 cozinhas industriais projetadas, é nítido que não são nunca, nem aqui, nem na China, nR2, ou seja, uma atividade não residencial compatível com vizinhança.

É óbvio que pela cumulatividade, pela somatória de atividades de 32 cozinhas industriais, isso tem o impacto de uma indústria, é uma IND2, que não pode estar em uma zona mista com prédios, com residências ao lado. Essas *dark kitchens* geram empregos? Geram, mas a que custo ambiental, a que custo da vida das pessoas ao seu entorno. Precisamos ter responsabilidade social, responsabilidade ambiental, a pauta ESG, onde está a pauta ESG dessa *Kitchen Central* e das outras correlatas.

- Manifestações na plateia.

**O SR. ROBERTO DELMANTO JUNIOR** – Quer dizer, legisladores, quando vamos na Prefeitura, a Prefeitura diz que é nR2. nR2 é um pequeno comércio, nR2 é uma pizzaria, uma padaria. Como pode ter essa cegueira, essa visão obtusa, está autorizada a obra do Panamby, estão construindo esse monstro no meio das janelas das pessoas. Está hoje sendo construído sendo que a própria legislação está em xeque.

E na última audiência pública, o Secretário aqui da Prefeitura se comprometeu a tomar medidas para suspender a obra no Panamby e não fez nada, a obra continua sendo executada. Isto é um absurdo. Nós aguardamos a atuação forte do Ministério Público ... (Falha na transmissão) ... Excelências ... (Falha na transmissão) ... instalações quando se tem casas ao lado ... (Falha na transmissão) ... em áreas onde não têm residências, onde não têm gente dormindo, porque eles escolhem o “meinho”, eles vão para a comida chegar quentinha e ainda

falam que a culpa é nossa, como se a vítima de estupro fosse culpada por estupro porque estava usando uma roupa provocativa, uma minissaia. É isso ... (Falha na transmissão) ... Vocês são ... (Falha na transmissão) ... central porque vocês pedem comida pelo iFood, pelo Rappi... (Falha na transmissão) ...

É um absurdo, eles estão destruindo a vida dos vizinhos ... (Falha na transmissão) ... Esse projeto ... (Falha na transmissão) ... Prefeitura, eles vão poder operar até ... (Falha na transmissão) ... e começar às 5h da manhã, quatro horas. Quem dorme quatro horas, é vergonhoso o que foi proposto pelo Prefeito Ricardo Nunes. É vergonhoso. Nós pedimos ajuda aos senhores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado. Sergio Brandão, morador do Condomínio próximo a uma futura dark kitchen. (Pausa)

Presente conosco, o Vereador Senival Moura, muito obrigado pela presença.

Maria Eduarda da Silva Borba, está nos ouvindo? (Pausa) Carmem Ponce. (Pausa) Silvana Endres, da OAB. (Pausa) Fabiana Gonçalves Pedroso, arquitetura e urbanismo. (Pausa) Fernanda de Almeida Menezes. (Pausa) Maria Roseli Fernandes Rosa.

**A SRA. MARIA ROSELI FERNANDES ROSA** – Sou eu. Boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Está presente, muito obrigado. Tem a palavra.

**A SRA. MARIA ROSELI FERNANDES ROSA** – Eu gostaria de confirmar todas as declarações que foram feitas até agora e dizer o seguinte: que, sorrateiramente, de aporte milionário, sorrateiramente... (falha na transmissão) solicitou um alvará de reforma, onde antes era um restaurante, um restaurante familiar. Então, começou a reforma que não era uma reforma. Era uma obra (falha na transmissão). Um restaurante era o que os funcionários diziam, só que, de repente, chegou um transformador só para essa obra que era uma reforma; de repente, começaram a chegar outras e outras coisas de aço, alumínio, não sei o que eram, mas eram as chaminés que já começaram a nos infernizar, como já começou a acontecer.

Então, nós não podemos mais abrir a nossa varanda para termos um arzinho; um arzinho, se o proprietário informou na Lapa, o vento é favorável a isso. Nós vamos ter que ter uma porção de pessoas chamadas de bacon, ou de hambúrgueres, e a nossa qualidade de vida? Vou dormir e não consigo por causa do cheiro da gordura que chega no meu quarto e o que fica de frente para essa grandessíssima obra.

Não é que temos que arrumar uma legislação. Eles se aproveitaram de brechas na legislação para fazerem o que estão fazendo. As autorizações digitais estão facilitando que isso aconteça: tem duas ou três cozinhas funcionando, mas já está incomodando muito. Eu gostaria que não que eles parem de trabalhar, sim, neste bairro e nos outros onde estão perturbando muita gente, mas que vão para locais adequados e não colocar essa indústria de mau cheiro, doença perto de nós.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado.

Fernando Rodrigues do Nascimento. (Pausa) Presencialmente, Daniel Montandon.

(Pausa)

- Manifestações na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Senhores, deixem que eu explique uma coisa: a audiência pública é o exercício máximo da democracia. Só deixando claro: o exercício mais importante da democracia na Câmara...

- Manifestação do público.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Calma, depois o senhor vai falar também. Vai ter seu momento de falar.

Deixe que fique claro: são dois momentos muito importantes da democracia. O primeiro é o compartilhamento das nossas ideias aqui, contrários ou não, nós vamos ouvir. Nós temos que ouvir. Depois, a decisão fica para o plenário, onde, além de ter as discussões, vence o que tem maior número. Nós precisamos buscar o consenso e ouvir todas as correntes. Não podemos cercear, aliás, enquanto eu for Presidente de quaisquer das comissões, eu fico e já

ficamos – muitos se lembram disso – até depois de meia-noite. Não tem o menor problema. Eu não tenho a menor pressa. Eu passei a minha vida ouvindo como médico; estou como médico e vou continuar ouvindo. (Palmas)

Então, é só um exercício que é muito importante ouvir o contraditório.

Vamos ouvir a palavra do Daniel Montandon.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Vamos ouvir o Daniel.

**O SR. DANIEL MONTANDON** – Boa tarde, Vereador Paulo Frange. É um prazer revê-lo. Feliz de vê-lo a frente de mais um tema do zoneamento. Eu queria cumprimentar os demais Vereadores presentes, Secretários, e, também, o representante do Ministério Público e todos que estão aqui.

O primeiro ponto que eu queria colocar: reiterar que as unidades de cozinha para *delivery* foram licenciadas porque estão em conformidade com a lei.

Essas unidades dispõem de certificado de conclusão, alvará de aprovação e execução de reforma, licença de funcionamento e, porque, não teve nem questionamento na CTLU, justamente, porque não existe dúvida da aplicação da legislação que está vigente.

- Manifestações na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Vamos ouvir. Todos vocês, depois, quando fizerem uso da palavra, comecem dizendo “eu não concordo com o Daniel”.

**O SR. DANIEL MONTANDON** – Posso continuar?

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Vamos lá, vamos garantir a palavra ao orador. Vamos lá, Daniel.

**O SR. DANIEL MONTANDON** – Obrigado, Vereador.

A Prefeitura corretamente emitiu essas licenças, porque, na sistemática da lei, há todos os parâmetros para aplicação. Então, temos a licença de funcionamento expedida.

A proposta de aprimoramento feita pela Prefeitura vai no sentido de melhorar a lei existente. Agora, o enquadramento, o fato de ter volume de crítica aqui não muda o argumento de que não se trata de atividade industrial...



- Manifestações na plateia.

**O SR. DANIEL MONTANDON** – ... Sr. Presidente, é uma questão de contrapor os argumentos.

Presidente, a natureza do uso industrial é o que caracteriza uma atividade...

- Manifestações na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Gente, vamos ouvir. Um minutinho, Daniel. A gente vai prorrogando e perdendo tempo. Todos nós podemos falar em seguida. O contraditório é importante. Cada um de nós precisa ter esse cuidado, porque vamos poder falar à vontade. A audiência pública é aberta. Nós fizemos audiência pública quando vinha um senhor alcoolizado em respeito à presença dele. Ele se inscrevia e falava. Temos que dar a palavra, ainda mais partindo do Daniel Montandon que é um técnico. Ele tem uma visão técnica que precisamos ouvir.

- Manifestações na plateia.

**O SR. DANIEL MONTANDON** – Sr. Presidente, o conceito do que é industrial, na lei, é esse a que estou me referindo.

A natureza da atividade não é industrial. A somatória de cozinhas não os torna industrial.

- Manifestações na plateia.

**O SR. DANIEL MONTANDON** – Por isso, nós defendemos que não seja industrial. Agora, Sr. Presidente. Evidente que existem externalidades negativas que estão registradas aqui. Ninguém fecha os olhos para elas. Só que o caminho para equacionarmos essas externalidades está nas soluções que muito bem foi colocado pelo Secretário Marcos Gadelho nas soluções técnicas e tecnológicas. É nesse sentido que o Projeto de Lei tem que avançar, a fim de melhorar os projetos das cozinhas, melhorar a aplicação das normas técnicas.

Então, o PL já coloca a questão dos sanitários, o espaço para os motociclistas, e pode avançar em utilizar a NBR 14518/2019 que trata de ventilações de cozinhas profissionais, por exemplo. O que eu queria colocar aqui é que, de fato, a maneira mais adequada de nós

tratamos essa atividade que não é nova – o que é nova é a reunião das cozinhas -, o restaurante não é uma atividade nova. Eu acho que a maneira de equacionar isso não é colocar uma atividade que não funciona se tiver na área industrial, porque tem que ficar perto das atividades residenciais, porque o modelo de cidade mista, mas nos utilizando dos parâmetros de comodidade.

Então, queria trazer essas contribuições; agradecer a atenção e lamentar essa visão segregadora e elitista que está sendo exposta aqui.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado.

- Manifestações na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Exatamente. É democrática, mas temos que ouvir todos.

Gente, vamos cuidar do assunto principal, ao nosso foco: para ter sucesso, qualquer atividade tem que ter visão de futuro, foco, estratégia e envolvimento. Receita básica para o sucesso. Envolvimento – todos vocês estão; foco nós temos; estratégia nossa hoje é de ouvir todos vocês; agora, nós não podemos perder essa oportunidade da construção em conjunto de um texto como foi colocado pelos Srs. Secretários.

Vamos dar continuidade.

Priscila Altienza, que está on-line. (Pausa) Camila Montineli. Tem a palavra.

**A SRA. CAMILA MONTINELI PACI** – Muito obrigada. Eu agradeço.

Sr. Presidente, ao contrário do senhor que não tem pressa – só fazendo um paralelo com a palavra do senhor -, a gente se sente angustiada e precisa de pressa na decisão de vocês, justamente, para impedir a instalação dessa indústria no meio das nossas casas, nossos lares.

Eu fico triste e angustiada quando ouço esse senhor que é técnico falando em visão elitista. Eu não sou elitista. Eu sou veterinária e trabalho com bichos. Trabalho dia e noite. Chego em casa cansada. Meu marido trabalha em *home office*. A gente lutou para comprar esse apartamento, para virem essas pessoas jogarem gordura, fumaça intoxicante na nossa casa.

Isso não é certo. Isso não pode acontecer. (Palmas) Essa obra tem que ser embargada. A gente não merece isso.

E eles ficam com esse discurso ridículo: “elitista”. Ninguém é elitista. A gente quer que eles trabalhem, prosperem, mas em locais adequados. (Palmas) Não está certo.

A gente tem pressa porque essa obra está avançando, e a forma como eles constroem é super-rápida. Daqui a pouco, eles levantam esse negócio nas nossas janelas. Eu vou ter meu filho. Ele não merece viver nesse inferno que eles estão querendo fazer no nosso bairro e em todos os outros que eles já estão.

A nossa pressa é que eles se instalem em locais adequados. Prosperem e façam muito dinheiro. Desculpem-me, mas um prédio com 32 cozinhas não é a mesma coisa que um restaurante que vai agregar ao nosso bairro, que vai trazer paz e tudo o mais.

Já na construção da obra deles, eles param as ruas com aqueles caminhões. O local onde eles querem construir não tem espaço para eles abastecerem as 35 cozinhas. Como é que vai chegar caminhão para abastecer essas 35 cozinhas? Onde vão parar os motoboys? Como vão ficar essas chaminés? Têm três prédios ao redor deles. O nosso prédio é muro com muro. Como vão ficar as janelas das pessoas com essas chaminés?

A gente tem pressa que essa obra seja impedida, embargada. Que eles se dirijam a aqui perto, como, por exemplo, na Avenida Morumbi, perto da Ponte do Morumbi, tem um prédio lá para alugar. E é perto da Ponte, é perto do Morumbi, como eles querem área de... perto da Chácara Santo Antônio. Por que eles não compram esse predinho, reformam e constroem esse prédio de cozinhas? E não nesse terreno minúsculo do lado da... (falha na transmissão)... que agora os empreendimentos são obrigados a ter reserva ambiental. O nosso prédio tem reserva, na nossa reserva a gente tem macaco, pica-pau, tucanos que moram lá. A gente põe comida para eles. Enfim, e eles...(falha na transmissão)... essas chaminés do lado da reserva e nas janelas dos nossos apartamentos. Isso não é justo.

A gente tem pressa e não é elitista, ninguém aqui é elitista. A gente simplesmente quer que o nosso dinheiro gasto, o nosso imposto seja... (falha na transmissão)... nosso

benefício. Isso não é ser elitista, isso é pedir justiça. *Okay?* (Palmas) Obrigada e desculpe, eu estou um pouco nervosa porque eu estou grávida e... (falha na transmissão)...viver nesses caos, não merece.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – *Okay.* Obrigado, Camila.

Arlindo Lopes Gonçalves Júnior, *on-line*, está presente? (Pausa) Vamos ouvir então, presente, Francisco Gago. Está presente? (Pausa) Sandra Brotel é a próxima depois do Francisco; está presente?

**A SRA. SANDRA BROTEL** – Estou presente.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** - *Okay*, é a próxima. Tem a palavra, Francisco. Obrigado.

**O SR. FRANCISCO GAGO** – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de falar, de debater esse tema tão importante. Cumprimento a Mesa na pessoa de V.Exa. e cumprimento também os presentes pelos ricos debates que estão sendo feitos.

Não vou adentrar em questões extremamente técnicas. Acho que, aliás, esse projeto de lei aborda questões muito relevantes e de extrema tecnicidade. Eu vou tratar aqui de um tema que se chama segurança jurídica.

- Manifestações na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Gente, vamos ouvir. Eu sugiro que permaneçam como estão, de costas, sem problemas, mas vamos ouvir, pelo menos, a fala.

**O SR. FRANCISCO GAGO** – A fala do Daniel Montandon foi uma realidade da Lei de Parcelamento do PDE, que foi dos usos mesclados, que foi incentivar justamente essa convivência de uso dentro da legislação municipal. Dentro dessa harmonia de convivência de uso e de ocupação, a mesma legislação que permitiu essa convivência também previu a necessidade de (ininteligível) parâmetros de incomodidade.

- Manifestações na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Por favor, gente, vamos fazer silêncio, vamos terminar, para a gente ter tempo ainda de ouvir as respostas dos secretários.

**O SR. FRANCISCO GAGO** – Ótimo. Então os parâmetros de incomodidade são estabelecidos e nós temos uma situação, então, que é preciso ficar claro: não estamos diante de uma omissão legislativa de uma falta de trato legal para a situação. O que nós temos aqui é uma atividade que cresceu durante um determinado período, mas que já era devidamente regrada.

Dentro desse cenário, o que nós estamos pensando aqui? Num aprimoramento dessa legislação, o que é sempre bem-vindo, esperado, mas deve ser feito com razoabilidade técnica. E, dentro da técnica, esta Casa detém esses conhecimentos, assim como o Executivo também detém esses conhecimentos, que o Município de São Paulo é dotado de uma legislação extremamente rica, moderna, que é parâmetro para todos os municípios de São Paulo. Não podemos negar isso.

Mas essa mesma legislação de São Paulo sempre previu regras de transição e sempre previu segurança jurídica e prestígio à boa fé do administrado e da legítima confiança dele. Nesse sentido, a atual Lei de Parcelamento e Uso e Ocupação de Solo, em seu Art. 135, resguarda as atividades licenciadas, por exemplo, na vigência da legislação anterior, assim como prestigia o uso dado às edificações devidamente aprovadas, ainda que o uso daquela edificação não seja conforme a legislação atual. Isso se chama segurança jurídica.

Então o que eu invoco aqui neste momento, e que me parece que é um ponto que não foi acordado, é que não só as questões técnicas sejam enfrentadas, mas que também a segurança jurídica seja prestigiada na redação final dessa legislação.

- Manifestações na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Okay. Obrigado. ... (Falha na transmissão)... Se minha mãe estivesse aqui, minha mãe viva, está em Uberaba, mas se ela estivesse assistindo, ela ia dizer “Que feio!” Mas tudo bem, vamos acalmar agora.

Vamos lá. Miriam Santos Cardoso, do Brooklin.

**A SRA. SANDRA BROTEL** – É Sandra Brotel primeiro. Presidente, o senhor tinha me chamado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Ah, Sandra. Vamos ouvir a Sandra primeiro, que eu já havia chamado.

**A SRA. SANDRA BROTEL** – Boa tarde a todos.

Diferente do Francisco, eu vou me ater a questões técnicas. Eu trabalho na área de projetos de sistemas de exaustão e, conforme o Daniel falou anteriormente, nós temos uma norma hoje no Brasil, que na verdade era uma norma antiga que foi atualizada em 2020, que é a Norma 14.518, que a norma para sistemas de cozinhas profissionais. Essa é uma das melhores normas do mundo. Tem países que não têm norma como essa.

Como o Secretário Marcos Gadelho também falou, nós temos tecnologias hoje que precisam ser usadas. Então... (Falha na transmissão)

- Manifestações na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Vamos recuperar o som da Sandra. (Pausa)

**A SRA. SANDRA BROTEL** - ... porque eu fui tirada da reunião...

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Não. Caiu a atualização.

**A SRA. SANDRA BROTEL** – Okay.

Então eu estava dizendo o seguinte: conforme o Secretário Marcos Gadelho falou, nós temos hoje tecnologias... (Falha na transmissão)... para que esses problemas... (Falha na transmissão)... que dizem respeito... (Falha na transmissão)... odores quando à questão de ruído sejam equac... (Falha na transmissão)... Então o que é importante e fundamen... (Falha na transmissão)...

- Manifestações na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Vamos para a Sandra de novo, para retornar.

**A SRA. SANDRA BROTEL** - Pois é, então vamos tentar terminar no tempo que falta.

Então o que é importante e fundamental é que essa legislação que está sendo agora discutida realmente ... (Falha na transmissão)... que são normas. Eu diria que nós somos um país de primeiro mundo, mas as normas são de primeiro mundo, que elas devam ser seguidas,

entendeu? A partir do momento que essas normas forem seguidas, com certeza esses problemas que estão ocorrendo em algumas unidades deixarão de ocorrer.

- Manifestações na plateia.

**A SRA. SANDRA BROTEL** – Então a minha posição é técnica ... (Falha na transmissão)... nessa área.

Outra coisa importante é com relação a essa questão entre cozinha profissional e industrial. Realmente... (Falha na transmissão)... parecer estranho, mas infe... (Falha na transmissão)... profissionais loca... (Falha na transmissão)... no prédio. Não é... (Falha na transmissão)... passa a ser uma indústria. Uma indústria ... (Falha na transmissão)...

- Manifestações na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Não está... Vamos tentar mais uma vez? (Pausa) Sandra, pode... Vamos admitir a Sandra mais uma vez?

- Manifestações na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Sandra, está ouvindo agora? (Pausa) Está nos ouvindo? (Pausa) Está nos ouvindo, Sandra? (Pausa) Okay, vamos deixar, quando tiver restabelecido a gente encerra com a Sandra.

Vamos ouvir aqui, presencialmente, o Felipe Mindlin, bairro Brooklin.

- Manifestações na plateia.

**O SR. FELIPE MINDLIN** – Boa tarde, Mesa. Boa tarde a todos, vizinhos, amigos, parceiros, cidadãos. A primeira a que eu me refiro é o Daniel. Eu desejo, do fundo do meu coração, que você jamais tenha um vizinho como esse ao lado da sua casa, perto dos seus filhos, da sua esposa, o doutor e o advogado e todos os empresários desse segmento.

E faço um juramento aqui, que nós não somos contra o modelo. Eu sou da área da gastronomia, trabalho há 30 anos com isso. Já tive restaurante nos Jardins fechado pelo Ministério Público. Fabrício frequentava. Já tive um restaurante cuja família do Eduardo Suplicy não sabe, era ali na Rua Primavera. Infelizmente a Associação dos Bairros me fechou. A gente

tentava cumprir ao máximo, mas infelizmente as fiscalizações sempre nos achacavam. É muito triste, que a gente fazia parte desse... Muito triste isso.

Infelizmente eu venho de uma família fugida do nazismo e do comunismo. Eu sempre escutei meus avós falando que o Brasil seria o país do futuro, e eu não sei que futuro é isso, que de repente eu vejo todos os meus direitos sendo cerceados. E quando a gente discute o modelo, que eu acho fantástico, incrível a praticidade, o dinamismo...Fiquei no Vale do Silício por três anos, acho incrível o trabalho que eles fazem.

Mas, existem formas e formas, e a forma como a *Kitchen* Central faz é uma forma errada desde a implementação, desde a obra, que ela avançava os horários durante a madrugada. Eu sou pós-graduado em relações públicas e, quando escolhi essa profissão, nos anos 1990, e ninguém sabia o que era, os professores me falaram: “Felipe, você é o entreposto entre o empresário e a cidadania”. E de repente esse trabalho nunca foi feito, a gente nunca foi consultado, a gente nunca foi ouvido e todas as promessas não foram cumpridas.

Então isso aqui é mais um desabafo, porque eu não sei como que a empresa me coloca 20, 30 cozinhas e ela não tem área de carga e descarga; e olham na nossa cara e dizem que tem. Tem um buraco que não cabe um Fusca, e aí eles falam que tem. Aí o coitado do entregado que está ali trabalhando tem que tampar a placa dele, ele tem que abaixar a caçamba dele para não ser multado.

E nós, moradores do Brooklin, que temos que tirar os nossos carros às 7h da manhã, porque existe uma lei que impede que o nosso carro fique estacionado ali. A gente gentilmente tira o nosso carro para a CET não multar, mas eles ficam ali parando 10, 20, 30 caminhões ali na frente. E a CET não vai jamais. Primeiro que não multa o motoboy.

Não existe uma cesta de lixo. Não existe absolutamente estrutura alguma no entorno dessas cozinhas. Eu não estou nem falando de estética, não estou falando de cheiro, ainda, porque acho que cada um tem a sua dor. Na minha casa já foram mais de dez veículos da televisão filmar a gordura que se sedimenta. Eu não estou nem falando do que eu respiro, porque infelizmente o corpo humano se adapta ao cheiro, ao ruído e ao som. Mas eu te digo



categoricamente: eu deixo a minha casa aberta para a Kitchen Central, para todo mundo ir ver o sedimento que fica no chão da minha casa, nas roupas, enfim.

- Manifestações na plateia.

**O SR. FELIPE MINDLIN** – Mas eles não estão preocupados com isso, a gente sabe disso. Isso aqui é a minha vizinhança...

- Manifestações na plateia.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

**O SR. FELIPE MINDLIN** – Eu gostaria muito que os representantes pudessem olhar esse vídeo aqui e dizer se existe uma normalidade nisso, quando vocês falam que não têm responsabilidade alguma naquilo que acontece na rua. E aqui não tem nada de elitismo.

- Exibição de vídeo.

- Manifestações na plateia.

**O SR. FELIPE MINDLIN** – Não existe um coordenador na porta porque vocês não querem envolvimento com essa turma.

- Manifestações na plateia.

**O SR. FELIPE MINDLIN** – Somos ameaçados pelos motoqueiros na porta das nossas casas.

- Manifestações na plateia.

**O SR. FELIPE MINDLIN** – Cadê a área de carga e descarga? Cadê a área de motociclistas? Eu não estou nem falando de cheiro, que vocês estão falando aqui.

- Manifestações na plateia.

**O SR. FELIPE MINDLIN** – Quer dizer, nós temos que pedir licença para entrar e sair das nossas casas. E outra questão, que eu vejo o pessoal do Panamby, do Paraíso sofrendo. Vocês não têm ideia do que é ter um vizinho nefasto como esse, que não respeita o nosso calçamento. Todos os insumos, todos – e eu falo na cara deles -, todos os insumos são descarregados na rua, de uma simples alface a um fogão, é descarregado nas nossas calçadas e nas nossas ruas. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** - Okay. Obrigado.

Felipe, só para deixá-lo tranquilo, realmente, o que você mostra é uma situação bastante crítica. Mas para deixar vocês tranquilos, lembro que há um consenso na Câmara, embora ainda não saibamos exatamente como que vamos construir isso. Estamos ouvindo e vamos construir. Mas já existe uma situação que está muito clara para todos nós, também para o Secretário, que essa atividade vai ficar restrita ao lote dela. Nós não podemos permitir que a rua seja uma expansão da atividade, por isso que tem lá o número de vagas, estabelecimento de regras e de todo consenso.

- Manifestações na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Tudo que será construído. Toda atividade tem de estar restrita ao lote, não podemos estender a rua como atividade. Hoje, esse impacto no trânsito... Alguém discorda disso, não?

- Manifestações da plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Ah, não. Sim, hoje está desse jeito, mas está errado. Estou dizendo...

- Manifestações da plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Sim, mas veja, nós estamos criando a lei exatamente para fazer essas correções, para que se possam ter regras. Uma das regras, está claro para todos nós aqui, é a atividade ficar dentro do lote. Quando eu tenho...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Ham? (Pausa) Não. Veja, só vai poder construir quem estiver cumprindo a regra da lei que vai dizer quantas vagas têm para moto, do contrário...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Não pode ficar, não vai poder fazer fila, da mesma forma.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Ham? Na dependência... Gente, olhem, é muito simples. A regra que está sendo trabalhada é para que na proporção da dimensão, da produção do número de refeições, portanto, do tamanho da atividade, será proporcional ao número de vagas. Portanto...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Gente, só colocando aqui. Nós já fizemos esse trabalho para algo muito mais complexo: *shoppings centers*, hospitais, locais em que não há mais esse problema. Nós resolvemos, há número de vagas, carga e descarga, lugar para chegar caminhão de oxigênio em hospital, a hora que chega. Tudo isso faz parte da regra que estamos construindo para poder... se a atividade vai ter de continuar, terá de continuar dentro de regras.

Trata-se do trabalho da Comissão, para tanto estamos ouvindo, buscando informações, e as imagens convencem. Está mais do que claro, nós sabemos o que existe.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – É, exatamente. Hoje, nós estamos adequando completamente. Estamos...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Não. Não pode. Gente, não vamos debater esse processo. Eu estou só... isso se chama miudeza, mas é um assunto que impacta muito. Esse tipo de situação, está muito claro para todos nós, para as atividades que estamos aprovando na cidade de São Paulo, qualquer uma delas, têm de se limitar ao lote do proprietário.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Não, não, não. Nós estamos falando de vagas de moto. Estamos falando de um aspecto.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Então, mas é proporcional.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Eu vou chamar a lista. Nós não vamos debater esse assunto. Mas ninguém tem hoje 500 carros do lado de fora do *shopping*. Eles têm fila para entrar e está tudo guardado. Lá nós acertamos, também nos hospitais e nas universidades. Então...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Gente, aquilo que não é possível só tem um caminho, o Judiciário. Nós não temos...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Então, nós não vamos debater, não vamos debater. Eu quis apenas dar uma informação para você sair daqui seguro de que nós estamos atentos a esse assunto que incomoda muito, ou seja, o volume de motos na porta de qualquer um.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Bom, nós vamos ter muito tempo para debater isso ainda. Calma.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Exato. *Okay*. Olha, a minha condição de Presidente da Comissão de Política Urbana é apenas a de conduzir o trabalho. Eu não tenho que emitir opinião. Eu estou só emitindo uma tranquilidade para vocês de que os secretários e os vereadores presentes estão muito atentos a essas informações. Isso vai ser tratado no projeto de lei, não vai ficar nada de fora.

Sr. Helio Ribeiro. (Pausa) A senhora vai falar?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – D. Mirian, a senhora vai falar?

**A SRA. MIRIAM SANTOS CARDOSO** – Sr. Presidente da mesa, Excelentíssimo Vereador Paulo Frange, demais membros do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

Vou começar pedindo ao Sr. Daniel. Daniel, por que na Rua Guararapes... Eu sou do Brooklin, estamos com essa cozinha há dois anos lá. O CNPJ dessa empresa no Brooklin é de escritórios, empreendimentos para escritórios. Então, eu não entendi direito por que tem esse CNPJ se nós temos lá uma série de cozinhas industriais? Não dá para entender.

Aliás, são... talvez agora com algumas imagens. Eu gostaria que os senhores olhassem com o que nós convivemos todos os dias.

- Oradora passa a se referir a imagens de projeção.

**A SRA. MIRIAM SANTOS CARDOSO** – A fumaça, olhem a fumaça que sai das chaminés. Isso vai direto nas nossas casas. Essa cozinha foi construída entre – realmente encravada – cinco edifícios, uma escola de crianças. Hoje, naquele local não tem espaço nenhum, nem que queiram. Não existem terrenos no entorno para comprar de forma a adequar uma situação de carga e descarga dos seus insumos, nem tampouco para os motoqueiros, que, como os senhores viram, nós convivemos com eles todos os dias na nossa frente.

Olhem, por favor... Olhem essa fumaça, está bem nítido e claro para que os senhores vejam.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. MIRIAM SANTOS CARDOSO** – Eu gostaria que isso fosse observado pelos senhores. Muito já se viu. Estão nítidas as imagens. Vejam as crianças ali do lado. Então, os fatos...

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. MIRIAM SANTOS CARDOSO** – Os fatos, os fatos estão aí. Todos nós concordamos, meus senhores, que o *delivery* foi fundamental na época da pandemia. Nós sabemos que o empreendedorismo, expressão muito falada, é usado hoje como algo que dá empregos. Nós sabemos que dá empregos. Nós queremos empregos, numa população como a nossa sofre pela falta de empregos.

Mas que tipo de empregos eles dão? Quais são os empregos que eles dão? Os coitados dos motoboys não têm um local para fazer as suas necessidades, não têm um local de

espera e descanso. Eles se sentam nas nossas calçadas que são, na realidade, todo espaço público disponibilizado para eles. Isso é gerar empregos? Nós queremos que gerem empregos sim, mas empregos com carteira assinada para as pessoas.

Outra coisa. Nós também concordamos que há falta de agentes para fiscalizar tudo. Diante da falta desses agentes de fiscalização, nós, como ficamos? O que precisa ser feito? É a pergunta que deixo. O que fazer?

Nós enviamos aos senhores Vereadores um substitutivo. Isso aqui é diário, olhem aqui.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, D. Miriam.

**A SRA. MIRIAM SANTOS CARDOSO** – Nós mandamos para cá sugestões ao Projeto de Lei 362/2022, para as quais gostaríamos e pediríamos encarecidamente aos senhores que façam uma análise. Nós já enviamos, está com os senhores, eu poderei depois passar para os secretários presentes. Olhem com muito cuidado, porque é uma situação bastante surreal que nós precisamos superar.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado.

**A SRA. MIRIAM SANTOS CARDOSO** – Eu ainda gostaria de, pelo menos, terminar com uma frase, aliás, duas. Primeira: Empreendedorismo sem ética, sem moral, não existe. (Palmas) O que acontece não é desenvolvimento. A outra frase também: Quem não tem moral, não tem direitos. Falado por Sêneca. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, D. Mirian.

**O SR. XEXÉU TRIPOLI** - Sr. Presidente, apenas um aparte. E entendo e acho importante, estarmos presentes para ouvir. Mas vou fazer uma defesa dos Srs. Vereadores.

O Paulo Frange é um dos Vereadores mais experientes da Casa, super respeitado. O mesmo vídeo que estamos vendo ali adiante, está passando na nossa tela. O senhor falou que ele não estava olhando, mas ele pode ver na tela o mesmo vídeo.

Foram os Vereadores presentes que pediram para o Governo comparecer. Porque a pressão que vocês estão fazendo está surtindo efeito. O Governo inteiro atendeu e veio para ouvir.

O Vereador Paulo Frange diz que está entendendo, que a legislação vai ser trabalhada, que precisa ser trabalhada. Mas o fato virem todos os secretários, foi um pedido do Presidente da Comissão, de todos os Vereadores, do Líder do Governo, porque realmente eles estão vendo que o Governo precisa trabalhar.

Apenas fazer essa defesa ao Vereador e aos Vereadores.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. XEXÉU TRIPOLI** – Sim. Não sei se você percebeu, em algum momento os quatro secretários se reuniram lá atrás. Estávamos discutindo os assuntos de obras em andamento, licença que não saiu...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. XEXÉU TRIPOLI** – Calma. Exatamente. Estamos analisando todos os pontos. O que está em funcionamento, o que ainda não está, o que está com obra, o que tem licença. O sistema hoje é automático, foi feito para diminuir a burocracia. A população sempre fala que o Poder Público é burocrático, criou um sistema que é automático...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. XEXÉU TRIPOLI** – Aí cria brechas que têm de ser corrigidas. Esse é o ponto. Assim a gente vai construindo.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. XEXÉU TRIPOLI** – Sim. Exatamente. Essas informações...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. XEXÉU TRIPOLI** – Sem dúvida. Mas é importante que vocês tragam esses ajustes para a gente. Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Vamos retornar ao trabalho. Nessa noite, nós estivemos com alguns Vereadores acompanhando o Prefeito, pela madrugada, no recapeamento que está sendo realizado na cidade de São Paulo.

Por volta de 01h20min, da manhã, eu, Fabio Riva, estávamos em sete ou oito Vereadores. Não estávamos discutindo o asfalto, não era a nossa missão, mas o trabalho estava lá. A discussão era sobre a *kitchen*, por um bom tempo falamos sobre o assunto para que pudéssemos fazer o máximo. (Palmas) A presença de todos os secretários se dá em respeito à nossa preocupação com esse assunto. São pastas pertinentes, inclusive, a pasta política que dialoga com a Câmara.

Quanto às imagens, temos imagem ali, imagem aqui, também acolá. Nós não perdemos o nosso foco. Fiquem tranquilos, a gente não perde o foco.

Próximo é o Sr. Hélio Ribeiro Duarte, do Panamby. (Palmas)

**O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE** – Boa tarde e todos. Quero cumprimentar o Vereador Paulo Frange, Presidente da mesa, assim como os demais Vereadores presentes, os secretários municipais, em especial, o Secretário Modonezi, que me recebeu em seu gabinete para tratar desse assunto. Um cumprimento especial ao Vereador Eduardo Suplicy, meu colega de faculdade há mais de 50 anos. Muito obrigado.

Meu amigo Arnaldo Viana que já se manifestou mais cedo, falou uma verdade. Disse que isso aqui é um verdadeiro exercício de democracia. Podemos nos manifestar e estamos dando as nossas opiniões. Espero ardentemente que todos os nossos pleitos e as nossas angústias sejam ouvidos e compreendidos.

Meu nome é Hélio Duarte. Eu sou morador do Panamby. Foi falado isso. Eu tenho 76 anos e sou nascido em São Paulo. Vivi minha vida toda em São Paulo, estudei, trabalhei. Essa introdução é apenas para contar que aproximadamente cinco anos atrás minha esposa e eu discutimos a possibilidade de mudarmos, ou para o litoral, ou para o interior. Aí, resolvemos ficar em São Paulo. Vivemos sempre aqui. Procuramos e fizemos uma pesquisa de bairros que



pudessem nos oferecer uma qualidade de vida, sem que tivéssemos de sair da cidade. Depois de muito rodar pela cidade, encontramos o Panamby há cinco anos. Nós compramos o imóvel e nos mudamos para lá.

Durante esses últimos cinco anos, ficamos felizes com a nossa decisão, que foi acertada, até alguns meses atrás, quando soubemos da construção de uma *dark kitchen* – não sei até hoje por que se chama *dark*, mas não importa – ao lado do nosso edifício, no terreno contíguo ao nosso edifício. Ficamos preocupados, os moradores, e procuramos outros bairros, outras cozinhas. Fomos visitar. Fomos conversar. Fomos pesquisar e o que nós encontramos? Um cenário de horror. Não há outra palavra. (Palmas) É esse cenário que temos ouvido de todos – e não só nesta audiência, como também nas outras audiências.

Depois de tanta conversa, de tantas visitas e estudos, contratação de advogados, laudos técnicos das várias áreas, ambiental e várias outras, nós estamos absolutamente convictos de que aquela área do nosso terreno é absolutamente inadequada para a instalação de uma *dark kitchen*. Por isso, estamos aqui e vamos a tantas outras audiências públicas que sejam necessárias.

Finalmente, eu quero dizer que nós imploramos – não é só pedir – ao Ministério Público, que está presente, hoje, e às autoridades do Poder Executivo e do Legislativo que ouçam os nossos pleitos e vejam a representatividade da nossa população. (Palmas)

Para terminar, Vereador, o nosso edifício tem cem apartamentos. Então, nós somos, no mínimo, cem pessoas físicas – talvez 200 ou mais. Nos edifícios próximos ao nosso, há mais mil ou duas mil pessoas físicas. Por que é que a opinião de uma pessoa jurídica, que é a Dark Central, vale mais do que quatro mil pessoas físicas? (Palmas) Não vale. Quem vota nas eleições são as pessoas físicas. São essas quatro mil. Não é a pessoa jurídica da *dark kitchen*, seja o que for.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Sr. Hélio. Sr. João Moreirão, do Conselho Participativo Municipal da Casa Verde?

**O SR. JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES** – Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Promotores. Cumprimento o público.

Acho que já está bem claro todo o problema do incômodo, os problemas de saúde, etc., que essas cozinhas industriais escuras e obscuras – que é o nome certo em português – estão provocando.

Quero levantar outra questão. Ultimamente, tenho vindo bastante a esta Casa – eu e outras pessoas – por causa de um problema recorrente. Aí, até quero pedir a atenção do Secretário Marcos Gadelho. É o seguinte: a facilidade com que se fazem licenciamentos eletrônicos. Nós, ontem, vimos um testemunho. Um galpãozinho, feito por quatro colunas de madeira e um telhado, sei lá, de zinco, era casa de chá, confeitaria, padaria, restaurante, loja de bebidas, etc. No mesmo dia, fez-se ter esses licenciamentos eletrônicos todos. Essa facilidade e a completa e total falta de fiscalização estão levando a que essas cozinhas industriais – que é o termo certo; o resto são “menisquências” e malandragens de interpretação – estejam tendo alvará e licenciamento como escritórios, aqueles escritórios coletivos, etc.

- Manifestação do público.

**O SR. JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES** – *Coworking* – é isso, aí.

Então, nós temos vindo aqui um problema, que é o seguinte: todo mundo está fazendo o que quer. Essas cozinhas industriais foram banidas de Londres e de Barcelona. Vieram para São Paulo. “São Paulo é legal. Lá, a gente faz o que quer.” E a Prefeitura só toma alguma providência quando vira um clamor social e popular. Até lá, ninguém fiscaliza nada. Essa é a questão. Aí, quando vira um clamor e há um problema, tenta transformar esta Casa de Leis, que é a Casa do Povo, em uma Casa de Leis de conveniência. (Palmas)

Esse é o problema. Aí, vimos aqui e há uma lei feita em cima da hora, a lápis ou à caneta, por causa do ruído. Agora, chega-se e há uma lei, correndo, para resolver um problema que a lei já prevê. São indústrias. Têm de ir para Industrial 2. Foi o que aconteceu com eles em Londres e em Barcelona. Então, têm de ir para Industrial 2. Não tem sentido ser diferente.

Há outro problema: não podem ter alvarás, licenças, etc., como MEIs, porque eles botam lá os coitados dos cozinheiros, sem direito nenhum, para serem MEIs e as licenças são como MEIs. Como os senhores sabem, MEI não tem fiscalização sanitária.

Então, reparem bem: nós vivemos com uma tradição, que todos já incorporamos como normal, de entrar em um bar ou em um restaurante e ver a plaquinha: “Visite a nossa cozinha.” A maioria, inclusive, tem uma vitrinazinha ou botou um vidro. Essas, aí, não têm placa nenhuma, mas, se tivessem, era: “Proibido visitar nossa cozinha, para não ver o que fazemos.”  
(Palmas)

Eu diria que o nome chique, em inglês, para cozinha industrial obscura, *dark kitchen*, merece que digamos o que eles fazem também em inglês, que é um termo comum: eles fazem *trash food*. Aí, criam, inclusive, um problema de saúde pública, porque, se fosse uma comida limpa e decente, poderia ser visitada. Nem a Globo conseguiu tirar foto e visitar. Recebeu as fotos deles, que são as mesmas que estão no *site* do Dark Central. Olhe que uma matéria da Globo elogiando era sucesso garantido, não é? Porém, nem isso eles conseguiram. Esse é o problema.

Então, o que nós temos é uma indústria escura, suja, em um lugar impróprio, vendendo refeições que criarão um grave problema de saúde pública. Essa é a realidade.  
(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado. Gente, olhem, uma informação...

**O SR. JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES** – Desculpe-me, Vereador. Eu tenho um requerimento, a pedido do Movimento Defenda São Paulo. Pediram-me para apresentá-lo e eu o tenho com o senhor. Então, só estou querendo registrar o encaminhamento, para que a SMUL informe completamente todos os processos administrativos de todas essas *dark kitchens* em funcionamento ou pedindo funcionamento. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Exato. Sr. Secretário, o requerimento a que se refere foi apresentado na Comissão de Justiça, para que fosse encaminhado para o seu gabinete. O intervalo é pequeno, ainda. Ele está encaminhando para a Comissão de Política

Urbana. Na verdade, está reiterando o requerimento que foi encaminhado. Eu vou passar às suas mãos o requerimento, mas é o mesmo que foi apresentado à Comissão de Justiça.

Dirijo-me ao Sr. Moreirão e a todos vocês. É só para uma amenidade, mas é uma curiosidade bastante interessante. “Visite nossa cozinha” é uma lei aprovada nesta Câmara pela Vereadora Zulaiê Cobra, mãe do nosso Chefe da Casa Civil, Sr. Fabricio Cobra. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Em 1993. Na verdade, só faz história...

- Manifestação do público.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Há quem faz história e escreve a história. Não é, Vereador Fabio Riva?

Sr. Marcelo Guimarães, do Paraíso?

**O SR. MARCELO GUIMARÃES** – Olá. Boa tarde a todos. Obrigado pela presença. Eu estou representando o pessoal do Paraíso.

O que eu quero comentar, inicialmente, seria que aquelas cozinhas e a lei da forma... Indo direto ao ponto, como se diz... Falam: “Nós vamos resguardar o direito. Não vai haver moto. As motos vão ficar dentro daquela área.” Eu diria o seguinte: não temos, minimamente, um estudo, um laudo técnico, ou que venha aí... Acho que o Sr. Alexandre Modonezi possa, talvez, esclarecer. Que faça o cálculo disso, porque é um absurdo.

Nós estamos, ali, na Abílio Soares. Nós estamos a 200 metros da Assembleia e a 500 metros do parque. Há escola em cima. Há um Dia do lado. Então, é absolutamente impossível passar esse projeto de lei da forma que está. Vai inviabilizar... Assim, não há um sentido lógico e eu não vejo um estudo que justifique. Estamos com a presença de todos, de todas as áreas.

Inclusive, o que vale a pena comentar: nós temos, aí, a CPI dos *apps*. Veio um dos empresários. Toda a documentação foi registrada como confidencial. Por que é que está como confidencial? Por que é que isso não é apresentado?

É impossível. Não dá aquela quantidade de motos. Se vocês enxergarem e passarem por perto... E a história tem de servir para alguma coisa. Nós estamos com esse projeto de lei que apareceu, mas não se ponderou nada do que está sendo apresentado aqui. Então, temos de mudar? Mas, mudar o quê? Mudar tudo. Não serve para nada. Voltamos para trás, porque foi criado sem olhar esse clamor, que existe, aí. Sei que há a possibilidade de mudança, mas já chegamos à conclusão de que é absolutamente impossível. Há uma indústria.

Trabalhei por 15 anos em uma distribuidora de gás de São Paulo e eu sei a quantidade de gás que vai entrar nessas cozinhas. Há o risco de incêndio. Está todo mundo fritando com gordura. Há gordura na chaminé. Se aquilo, lá, explodir, a quantidade...

Eu atendi vários casos dentro de uma concessionária de São Paulo. Assim, o dia em que houver uma explosão, vai ser o caos – e eu não gostaria que tivéssemos esse compartilhamento de responsabilidade, de que é um fato que está sendo público e notório.

- Manifestação do público.

**O SR. MARCELO GUIMARÃES** – É. Assim, é o bombeiro. A CET aprovou. Gente, é um absurdo. Acho que há cinco metros. Como é que vamos ter um ponto de ônibus em frente à *dark kitchen* que vai ser construída? Vocês acham que é possível termos...

A quantidade de motos, a quantidade de pedidos, por cozinha, é absolutamente inadequada. Você vai pegar um... Pois não...

- Manifestação do público.

**O SR. MARCELO GUIMARÃES** – Abílio Soares. É a construção que já entrou no Aprova Rápido.

Assim, só para finalizar, o que foi apresentado pelos empreendedores não precisa... Não há discussão. Indo ao foco, foi uma brecha jurídica que permitiu que eles pudessem fazer isso. Agora, nós temos um problema, mas essa história de que eles estão convivendo tem de servir de alguma coisa para nós. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Muito obrigado.

- Manifestação do público.

**O SR. MARCELO GUIMARÃES** – E outra coisa, só para informar: a obra do Paraíso foi retomada. Eles estão proibidos. A Prefeitura não autorizou e eles continuam com a obra – e ninguém vai lá.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Muito obrigado. Do nosso público *on-line*, eu estou vendo o Sr. José Roberto Vila Nova. Tem a palavra.

**O SR. JOSÉ ROBERTO CARLOS VILA NOVA** – Boa tarde a todos. Obrigado, mais uma vez, pela oportunidade. É a terceira vez que eu estou participando, também. Agradeço o empenho de todos os envolvidos para que a verdade seja exposta e que, com base na verdade dos fatos, consigamos, sim, estabelecer critérios de convivência.

Hoje, até relembro que fomos entrevistados algumas vezes pela TV e a repórter perguntou: “Resumidamente, o que foi que mudou para o senhor, no dia a dia?” Analisando, eu disse: “Olhe, eu dormi, com uma alameda, da sacada da minha varanda, onde havia sabiás, maritacas, beija-flores que vinham nos alegrar, e tomando café da manhã com a minha esposa, realmente, regozijando um pouco do que nós podemos diante de uma selva de pedra, nós tínhamos esses confortos. Eu dormi dessa maneira e acordei com uma mini Cubatão na frente da minha janela. Os impactos são tremendos. Essas imagens das turbinas que foram filmadas da sacada do meu apartamento são incontestáveis à incomodidade, a nível de ruído, particulados e os odores. Não é nada que... (falha na transmissão)

Essa indústria, conforme também (falha na transmissão) parabenizando as iniciativas que o Vereador Paulo Frange (falha na transmissão), toda a estrutura de moto, a logística de carga e descarga dentro do terreno. E isso tem que ser (falha na transmissão). Onde já se viu nós tolerarmos (falha na transmissão) estacionamento, até para (falha na transmissão). Que uma empresa loque área pública para expandir os seus negócios. Isso é ridículo. É um escárnio do cidadão, dos munícipes, que pagam os seus impostos.

Além do mais, nós temos leis ambientais desde 1976. O Decreto nº 8.468 de 1976, artigo segundo, “fica proibido o lançamento ou a liberação de poluentes nas águas, no ar ou solo”. E o artigo 33 é mais contundente ainda: “Fica proibido a emissão de substâncias odoríferas

na atmosfera em quantidade que possam ser perceptíveis fora dos limites a área de propriedade da fonte emissora. Ou seja, respeitando o decreto, a lei municipal que a Casa dos senhores criou, é impossível que essa indústria esteja vizinho de casas, de residências, sejam de casas térreas, sejam de condomínios, sejam de edifícios residenciais.

No nosso caso, essa indústria está num vão entre seis prédios e eles recebe diretamente toda essa poluição e toda a perturbação da paz, que o movimento, a logística de *delivery*, carga e descarga trouxeram aos nossos bairros.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Okay, obrigado, meu querido.

**O SR. JOSÉ ROBERTO CARLOS VILA NOVA** – Só para concluir, Vereador, agradecendo toda a sua atenção, como a Sra. Miriam, tem que estar no DNA de uma empresa que irá reger cada movimento a curto ou longo prazo promover bens e serviços que gerem sustentabilidade e lucro, com geração de emprego e renda, servindo à coletividade. Mas, acima de tudo, promovendo o bem-estar e melhor qualidade de vida a todos com ética. Isso é fundamental.

Agradeço muito pelo tempo e a oportunidade de me expressar.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Muito obrigado. Está nos ouvindo?

**O SR. JORGE PILO** – Estou sim. Está me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Sim, estou ouvido. Pode começar.

Jorge Pilo, que está *on-line*.

**O SR. JORGE PILO** - Muito obrigado, nobre Vereador. Muito obrigado pela oportunidade de falar.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. JORGE PILO** - (Orador com sotaque espanhol) - Em primeiro lugar gostaria de passar uma mensagem para encontrar um meio termo entre as partes. Continuo disponível com a intenção de investir para chegar a esse compromisso.

Segundo ponto, quero mencionar que todas as atividades estão sempre dentro da Lei. Procuo executar sempre dentro da lei. Tenho as normas, as regulações aplicáveis e vamos

continuar atuando da mesma forma. Temos aprovações pelos canais regulares da Prefeitura, subprefeituras e em todos os casos têm sido aprovados sempre, regularmente.

Um dos pontos mais importantes a mencionar é que *dark kitchens* são fontes geradoras para a cidade no momento e que a situação está precária. Uma pessoa até mencionou que a gente não encontra (ininteligível) em prol do desemprego, operarem Indústria 2. Essas duas coisas não fazem sentido juntas. A explicação da operação como Indústria 2 destrói completamente o sistema, dos milhares de empregos que geram para empreendedores, para operadores das cozinhas. A Indústria 2 desaparece completamente, um negócio que precisa estar perto da comunidade.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. JORGE PILO** - Quanto aos equipamentos para os entregadores, tem um benefício importante: encontram um espaço com conforto, água, dá para usar o banheiro. Todas as unidades têm banheiro. Essas unidades têm um pouco de conforto.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. JORGE PILO** - O fato é que tem um aumento considerável de ganho...

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** - Obrigado, Sr. Jorge.

Com a palavra o Sr. Rafael Fiorentino (Pausa). Sr. Paulo Ricardo Gurgel. (Pausa) Sr. Vitor Giovanni (Pausa) Sr. José Rafael de Araújo.

**O SR. JOSÉ RAFAEL DE ARAÚJO** - Sou entregador há quase dois anos. Comecei as entregas quando entrou a pandemia. Exercia outra função e como eu perdi o emprego recorri às entregas de bicicletas. Hoje consegui comprar minha moto, graças a Deus. Lugares como esses que dão estrutura para a nossa classe, que é desvalorizada. Eu consigo trabalhar com dignidade. Aqui foi o primeiro lugar onde eu vi que realmente se importam com os entregadores...

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** - Sra. Adriana, você é a próxima a falar. Pode continuar, Rafael, por favor.



**O SR. JOSÉ RAFAEL DE ARAÚJO** – Aqui é o primeiro lugar que eu vejo que tem café, lugar para esquentar marmita...

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. JOSÉ RAFAEL DE ARAÚJO** – Sim. Tem lugar que são muito ignorantes com a gente. Eles são as únicas pessoas que tratam a gente bem ...

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** - Com a palavra a Sra. Adriana MonteAgudo.

**A SRA. ADRIANA MONTEAGUDO** - Sr. Presidente, sou síndica do Condomínio On Panamby. Mas, hoje, infelizmente, não pude estar aí. Eu endosso tudo o que o Delmanto falou, de que todas as pessoas do Panamby e outros bairros - e dessa forma você pode verificar - são contra tudo o que o rapaz está falando. A gente verifica nas mídias as pessoas fazendo xixi, cocô. E nós vivemos em um lugar onde tem um parque, que é tombado pelo patrimônio histórico. Existem animais de espécie em extinção. Temos matas reservadas aqui, que não podem ser destruídas.

E, como todos falaram, nós não somos contra o sistema das *dark kitchens*, somos contra onde ela está sendo instalada.

Gostaria de fazer um adendo, muita gente já falou das leis. De tudo o que já foi informado, para vocês saberem, que de fato o local onde está sendo construído não é viável. Eu gostaria de falar de um adendo que aconteceu com o pai de uma amiga, muitos anos atrás. Ele era engenheiro civil e na época se usava muito amianto nas obras. Ele trabalhava com amianto e ajudou a construir várias coisas aqui no estado de São Paulo. Depois de uma certa idade - nunca fumou, não bebia, era esportista - ele estava com câncer já fulminante, que foi detectado pela utilização desse amianto.

Por um acaso o Ministério da Saúde não percebe que todas as pessoas que estão exalando essa fumaça, que é tóxica? Vai acontecer isso com a gente daqui a alguns anos? E que o INSS irá gastar com mais pessoas com câncer? Porque hoje isso não é detectado. Eu tenho 53 anos, daqui a dez anos, morando aqui onde eu moro, com certeza, pode ser que eu

tenha um câncer por causa dessas fumaças tóxicas. Não é poluição – isso já é ruim -, a gente já sabe que faz mal para a saúde, cigarro faz mal para a saúde. Muita coisa faz mal para a saúde, mas essas fumaças tóxicas expelidas por essas 33 cozinhas industriais estão sendo construídas aqui no Panamby, que é um espaço que se você coloca dois carros na rua estacionados, um caminhão não consegue acesso. Ele não consegue entrar. É uma rua de paralelepípedo e, com chuva, tem caminhão que hoje em dia não consegue estacionar. É inadmissível. Vá para a Marginal. Vá para o lado industrial que tem aqui na Ponte João Dias, onde está cheio de indústria. Lá os motoboys terão o acesso às marginais, acesso a toda essa parte da zona Sul.

A questão que nós falamos - entendo o que esse rapaz falou, sei que para ele a situação não é fácil -, mas não somos contra. Não estou falando que as *dark kitchens* me dão cafezinho, tem banheiro, não estou falando isso. As *dark kitchen*, como outras cozinhas também, podem ser instaladas em lugares industriais. Elas não pede, ser (Falha na transmissão)

---

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** - Próximo orador, Sr. Augusto Marcacini, do bairro Paraíso.

Passo a condução dos trabalhos à Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

**O SR. AUGUSTO MARCACINI** - Boa tarde, senhores.

Para ir direto ao ponto, cumprimento todos na pessoa do nobre Vereador Paulo Frange...

**A SRA. ADRIANA MONTEAGUDO** - Desculpa, só para pra finalizar, não gostaria que acontecesse conosco o que aconteceu com o pai da minha amiga e com diversas outras pessoas que tiveram contato com amianto. Que isso não aconteça conosco, com a nossa juventude, que pode ser disseminada com câncer, muito antes do que nós. A nossa juventude é a grande parte do futuro desse país, é o vai fazer o Produto Interno Bruto desse país e vai ajudar esse país a vencer.

Muito obrigada.

- Assume a presidência a Sra. Silvia da Bancada Feminista.

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** - Com a palavra o Sr. Augusto Marcacini.

**O SR. AUGUSTO MARCACINI** - Boa tarde, senhores!

Sou advogado, professor de Direito, vizinho do Marcelo, que me antecedeu, moro ali no Paraíso, onde está começando, e felizmente foi paralisada. Não tínhamos a dimensão do horror que é isso até vermos os outros moradores que estão suportando isso pronto; no nosso caso, está paralisado. O que temos ali é um terreno de 8 metros de largura onde mal cabe coisa alguma.

O Vereador faz propostas de regularizar. É claro que isso tem que ser regularizado da mesma que um *shopping center* ou uma universidade. É um galpão gigante que tem que abrigar uma coisa dessa. Agora, a questão é saber se o modelo de negócio extrativista que se quer montar está de acordo com isso. Vejam: eu peço por *delivery*, minha família pede por *delivery*, acredito que todos os senhores aqui pedem por *delivery*. Nada tenho contra o *delivery*. São Paulo é uma cidade vibrante, é do que eu gosto. O bairro do Paraíso não tem tucanos, mas têm umas maritacas que vêm do Parque. É um bairro um pouco mais movimentado, que é do que eu gosto, a vibração da cidade de São Paulo é isso. Mas não pode haver selvageria, o empreendedorismo não pode ser selvagem.

O que estamos observando aqui? Uma atividade nitidamente industrial que está se valendo das boas práticas antiburocráticas. Eu concordo com que seja muito bom desburocratizar, mas está-se valendo dessa prática, feita para facilitar, para se obter licenças mediante fraude. (Palmas) Falou-se em direito adquirido, falou-se em licenças regularmente obtidas. Os meus colegas aqui do Ministério Público bem sabem: não há direito adquirido quanto a ato jurídico praticado mediante fraude, mediante uma mentira. (Palmas)

- Microfones abertos.

**O SR. AUGUSTO MARCACINI** – Afirmou-se que essas atividades têm uma natureza que não corresponde. Vejam: o Google Maps mostra que do lado do nosso condomínio há um novo empreendimento. Não sei se pertence ao mesmo grupo ou não, mas eles estão anunciados

no Google Maps como uma Praça de Alimentação. Fui procurar o CNPJ dessa empresa, procurei na Junta Comercial - não vou dizer nomes, porque não quero acusar -, mas é surpreendente: a empresa tem um capital social de 10 mil reais. Eu não entendo de cozinha, mas acho que não compra nem uma coisa. Vejam: esse é um empreendedorismo que vai tornar a nossa cidade mais vibrante? Vai girar nossa economia e gerar empregos? Ou é aquela coisa selvagem, que depois vai dar o calote em todo mundo, largar uma dívida trabalhista? Que não vai pagar as indenizações judiciais contra os vizinhos que vão sofrer as consequências? É predatório? Nós estamos alimentando uma atividade econômica predatória? (Palmas)

*Delivery*, eu posso obter dos meus restaurantes que estão ali fora. Temos restaurantes, temos serviços variados no meu bairro, é um pouco diferente; mas não uma indústria produzindo ali poluição, produzindo uma concentração de uma atividade constante. Vejam: a Sra. Sandra, ali, quase me fez rir, uma boa funcionária, deve ser, de vocês. Desculpe, colega, mas os argumentos de vocês são pífios, são ridículos. Eu sei que o colega está trabalhando (palmas), mas, vejam: ela quase comete um ato falho quando quase ia dizer “uma cozinha industrial”, mas disse “uma cozinha profissional”. Que atividade é essa? Tudo é profissão. As atividades são: serviços, comércio e indústria. (Palmas) Serviço é o restaurante que me atende. Eu sento lá, sou serviço pelo garçom, ele me serve um vinho, isso é serviço. Comércio é o supermercado que nós temos, aonde eu vou e compro uma caixinha de macarrão que já foi produzida em algum lugar bem longe daqui. Agora, fabricar comida em escala num lugar apertado, sem nada, para ninguém consumir ali, isso não é comércio, ninguém está indo lá comprar nada. Isso não é serviço, ninguém está sendo servido por nada ali; isso é indústria!

Então, vejam: os colegas do Ministério Público bem lembram dos bancos de faculdade, onde aprendemos desde cedo que o príncipe pode dizer tudo, mas não pode mudar a natureza das coisas. A natureza disso é indústria. (Palmas) Não há possibilidade alguma de se dizer que isso não é indústria. (Palmas) Não é comércio, não é serviço. (Palmas)

Vejam: atividade profissional é um eufemismo barato, gente! Todos nós somos profissionais aqui, não existe essa categoria. Muito obrigado, e desculpem-me por ter me

alongado. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Paulo Frange.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Próximo inscrito, Sr. Harrison Nagel, da Associação Amigos do Panamby. (Pausa)

**O SR. GUSTAVO GUSCHIKEN** – Eu poderia falar? Meu nome é Gustavo, estou no lugar do Rafael Giovanni.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Isso, já está aqui. Vamos chamar daqui a pouco. Será o primeiro da lista virtual. Tem a palavra Sr. Harrison.

**O SR. HARRISON ENEITON NAGEL** – Boa tarde a todos, meu nome é Harrison Nagel, faço parte da Associação dos Amigos do Panamby, não vou me alongar, vou direto ao ponto, como muitos já falaram aqui, mas danos ambientais já foram ditos, danos às residências já foram ditos. E eu gostaria de colocar mais uma questão que infelizmente ainda não está sendo falada: perímetro de segurança escolar.

Essa *dark kitchen* que vai sair no Panamby...

- Manifestação do público.

**O SR. HARRISON ENEITON NAGEL** – Concordo e vamos lutar para que não saia. Mas essa *dark kitchen* está a 150 metros de uma escola com mais de mil alunos.

- Manifestação do público.

**O SR. HARRISON ENEITON NAGEL** – Do Brooklin, 50 metros. Desculpa, Lapa, Paraíso, Brooklin, não fiz a minha pesquisa para ver quais eram as escolas perto.

Estão a 150 metros, gostaria de passar novamente o vídeo da Coifa, da Chaminé. Imaginem aquela coifa, aquela chaminé a 100 metros de uma escola.

- Manifestação do público.

**O SR. HARRISON ENEITON NAGEL** – E eu gostaria de lembrar que em 2021, o nosso ex-Governador Doria publicou uma lei sobre segurança de perímetro escolar. É uma lei pequena de três artigos que vou ler só para vermos qual o conteúdo que traz.

Lei Estadual 17.341, de 2021, estabelece normas sobre segurança escolar: “Artigo

1º - Esta lei estabelece normas gerais sobre a segurança escolar e dá outras providências.

Parágrafo único - Entende-se por segurança escolar a garantia de ambiente isento de ameaças para alunos, professores e toda a comunidade escolar, sustentado por um conjunto de medidas adotadas pelo Poder Público, com vistas à construção da paz e da ordem social no interior e nas imediações de seus respectivos estabelecimentos de ensino.

Artigo 2º - São princípios da segurança escolar:

I - a prevenção e o combate a situações de insegurança e violência escolar”.

Inciso V. É um artigo que tem vários incisos, vou pegar os principais.

“V - a participação da comunidade escolar nas definições das políticas e ações locais de segurança escolar”.

O que estamos fazendo hoje aqui é justamente isso, a comunidade está lutando para a segurança dos seus filhos e principalmente segurança nas escolas, porque muitos aqui largam os filhos de manhã em escolas, vamos dizer, de turnos integrais e vão pegar à tarde. Qual é a segurança de um pai, uma mãe, que vai deixar o seu filho numa escola ao lado de uma cozinha dessas?

Inciso X: “X - a realização periódica de diagnósticos da situação de segurança das imediações dos estabelecimentos de ensino”.

E o Artigo 3º e último: “A ação do Poder Público na efetivação da segurança escolar compreende, dentre outras medidas:

I - a intensificação dos serviços de fiscalização do comércio existente nas imediações das escolas;

II - a adequação dos espaços circunvizinhos às escolas, de modo a não causar insegurança nos seus interiores, com a participação de órgãos públicos e de instituições da iniciativa privada em parcerias criadas para esse fim.”

Excelência, são muitos os fatos. Só peço que dê mais uma atenção para a questão da segurança escolar.

- Manifestação do público.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Muito bem lembrado. Obrigado. Cassia Piazza.

**A SRA. CASSIA PIAZZA** - Boa tarde a todos. Não quero ser redundante, mas vocês, senhores, já foram convidados a visitar o inferno dos nossos colegas. Eu queria convidá-los a visitar o paraíso, porque eu moro no paraíso. Eu escolhi morar no paraíso.

Hoje eu acordo com despertador, porque não tem barulho nenhum. Não tem! Na minha região não tem a qualquer hora do dia. Vocês estão convidados. Eu tenho de acordar com o despertador, se não eu vou perder a hora.

O meu incômodo, hoje, às vezes, é com o Bem-te-vi ou o Sabiá que está com o fuso horário meio descontrolado, pois ele começa a cantar muito antes. Então, isso é um incômodo. Ou ainda, os macaquinhos que vão roubar todas as nossas verduras e frutas na horta. Ou mesmo o tucano que está entrando dentro de casa. Então esse é o incômodo que eu tenho.

Eu não tenho transporte coletivo que passa na minha rua. Nenhum. Nem mesmo no entorno. Para ir numa padaria eu tenho de pegar o carro. Eu posso conviver com uma cozinha industrial? Olha, eu começo a ter de cabeça e passar mal só de pensar. Eu não posso conviver assim. Já estou passando mal com isso.

- Ruído na gravação. Registro prejudicado.

**A SRA. CASSIA PIAZZA** - Eu já passo mal com isso. Então o paraíso não pode ser transformado num inferno. Vocês estão convidados a visitá-lo.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. CASSIA PIAZZA** - E o IPTU do inferno não deve ser tão alto, mas o deles também não deve ser tão baixo. Então a minha dor de cabeça, só de falar no assunto, é muito grande.

Eu quando votei nos senhores votei pensando na minha representatividade, e gostaria que vocês fossem a minha voz. Eu quero que a minha voz seja ouvida aqui. A minha e a de todos aqui.

**(NÃO IDENTIFICADO)** - Excelente.

- Manifestações na plateia.

**A SRA. CASSIA PIAZZA** - Eu moro no paraíso que se chama Panamby. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** - Ok, muito obrigado, Cássia. Chamo agora o Sr. Gustavo Guschiken.

**O SR. GUSTAVO GUSCHIKEN** - Olá. Obrigado a todos os senhores da Casa, Secretário, Ministério Público. Gostei dos conceitos , que você disse, da discussão, enfim. Acho que tem um conceito bem importante: pragmatismo, porque estamos lidando com dramas humanos aqui. Então o pragmatismo é importante. Primeira coisa é isso, pragmatismo.

Esse PL que está em votação não contempla nada do que foi falado aqui. Entendido como N1 e N2, como se fosse um estabelecimento que não tem impactos na vizinhança. E vocês viram que não é assim.

Ele permite funcionar da 1h até 5h, ou seja, ele acaba à 1h e começa às 5 da manhã. Isso está privando o sono das pessoas!

Então a primeira coisa é o pragmatismo. Esse PL não tem, realmente, nenhuma conexão com tudo que foi tratado.

O segundo pedido: nós tentamos encaixar coisas, "ah, isso aqui é diferente; ali não se consegue conceber", mas é muito claro: isso é uma indústria. Por tudo que foi falado aqui, tem laudos no Ministério Público, na Secretaria. Laudos que fizemos e entregamos. Está claro! Assim, desculpa: mas tem cheiro do bicho, tem olho do bicho, tem a perna do bicho, é o bicho! Não tem discussão. É uma indústria. Não tem muita discussão. (Palmas)

E um terceiro ponto, muito pragmático também, temos uma, enquanto se discute aqui, *dark kitchens* estão sendo construídas e estão funcionando. Há uma solicitação na Secretaria, peço, por favor, à Secretaria de Urbanismo, há uma solicitação, o Delmanto já colocou aqui, foi apresentada na última audiência, e até agora não foi feito nada. Essa requisição está desde o começo do ano.

Então pragmatismo: vamos analisar e vamos ver, afinal, não é mais coerente, já que tem toda essa discussão que, pelo menos, paralise enquanto está acontecendo a discussão?



Está no Ministério Público sendo analisado que se paralitem essas obras por enquanto, enquanto se estiver discutindo! Elas estão em construção a todo vapor. Acho que o bom senso é: vamos paralisar isso aí, por enquanto.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. GUSTAVO GUSCHIKEN** - Pois é.

**(NÃO IDENTIFICADO)** - Exatamente.

**O SR. GUSTAVO GUSCHIKEN** - E eu quero dar uma perspectiva bastante importante para vocês. Uma vez, eu conheci um empresário muito sábio, que falava: “O meu dia a dia é resolver problemas pequenos”. “Mas, por que problemas pequenos?”. “Problema grande eu deixo para a equipe, eu só resolvo problema pequeno”. “Mas, por que pequeno?”. Eu resolvo problema pequeno para ele não ficar grande, porque, depois que fica grande, já era. Daí a minha equipe cuida. Eu cuido para não ficar grande”. O que nós estamos vendo aqui é um problema pequeno ainda. (Palmas)

Há dois anos, só era a Mariana que estava aqui. Hoje, o que virou? Amanhã vai ter gente na rua, porque o projeto deles é ter uma *dark kitchen* no raio de sete quilômetros na Cidade. Talvez vocês já tenham parente sofrendo com isso, talvez um dia ainda chegue à casa de vocês e talvez uma população da Cidade não saiba ainda, mas cada vez mais o pessoal vai saber e aqui vai lotar de gente. Eu não estou falando só de incomodidade, mas de dramas humanos. Uma pessoa não dorme há dois anos; outra foi operada e ficou 70 dias ao lado de uma coifa. São dramas humanos. Vocês viram a moradora que está grávida, ela chorou. É drama humano. Não estamos falando de coisas banais, de frescura, mas de drama humano, de você poder dormir, de ter medo de pegar fogo o que está ao lado de você, de perto de uma escola não ter onde estacionar o carro.

Deus me livre, mas imaginem que haja 50 boates Kiss na cidade de São Paulo e imaginem se esses locais pegarem fogo. Então, vamos resolver o problema enquanto ele ainda está pequeno, porque vai ficar grande. Por favor. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Vamos voltar ao virtual.

O próximo inscrito vai ocupar o lugar do Gustavo Frizzo; o Gustavo cedeu o lugar para ele. Qual é o seu nome, por favor?

**O SR. RENATO** – (Falha na transmissão do áudio) ...O modelo que eu uso é o chamado modelo virtual. Eu não possuo a cozinha no local, é só um ponto de logística para o IFood, para o IFood, para vocês entenderem, tem um raio que emite até onde ele pega. Então, eu não consigo... Se eu fosse montar vários cafés ou vários estabelecimentos em torno de São Paulo, seria muito caro o investimento. Então, o que eu faço? Eu alugo como se fosse uma geladeira, coloco internamente dentro de uma cozinha. Isso, de certa forma, eu não acredito que outros restaurantes tenham, porque ele usa a área que eu estou ocupando – pode ser só uma geladeira – e eu faço o meu estoque lá. Daí o pessoal da unidade, pega os meus produtos e passa para o motoboy.

Então, de certa forma, não chego a poluir, não fica poluído, não chego a usar exaustor, não tem forno, não tem nada; só tem o equipamento geladeira na unidade e a minha matéria-prima para fazer a distribuição.

O que eu acho que acaba...

**(NÃO IDENTIFICADA)** – Se todas fossem assim, estava ótimo.

- Manifestações na plateia.

**O SR. RENATO** – Sim, eu entendo que, de certa forma, mas uma coisa que eu penso (falha na transmissão).

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Tem microfone aberto aí.

**(NÃO IDENTIFICADA)** – O senhor é uma exceção.

**(NÃO IDENTIFICADA)** – O senhor não cozinha, e lá são cozinhas onde se cozinha e se joga gordura para fora.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Vamos deixar o orador concluir.

**(NÃO IDENTIFICADA)** – Então, tudo bem, que seja todo mundo como ele, mas não 30; duas no mínimo.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Se todos fossem só uma geladeira, estaria ótimo. Mas essa

não é a realidade.

**(NÃO IDENTIFICADA)** – A gente não estaria reclamando.

**(NÃO IDENTIFICADA)** – A gente nem estaria aqui se fosse geladeira.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Então, juntas também, né. E a logística disso aí, caminhões, motoboys?

**(NÃO IDENTIFICADA)** – É verdade. Realmente a logística...

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Não estou ouvindo-o agora; o seu microfone está desligado.

**(NÃO IDENTIFICADA)** – Gustavo, o seu som está mudo. Não estou ouvindo nada.

**O SR. RENATO** – Eu não sou o Gustavo, não. Eu acho que o que a gente deveria pensar é que, assim, uma churrascaria que produz muito gordura, essas coisas, e uma churrascaria que, teoricamente, não é configuração de uma cozinha. Isso é uma coisa que importa também. Um mau estabelecimento (ininteligível) também importa por conta desses problemas.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. RENATO** – (Ininteligível) sofrendo aqui hoje é a questão de motoboy, que os motoboys acabam poluindo muito, acabam tendo...

**(NÃO IDENTIFICADA)** – Não, pior são as coifas.

**O SR. RENATO** – As coifas são (ininteligível)...

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – O.k. Vamos deixar... Para encerrar, então...

**(NÃO IDENTIFICADA)** – A gente não está preocupado com esses detalhes. A gente quer que que você cresça, mas em um lugar ideal.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Tem lugar próprio (falha na transmissão).

**O SR. RENATO** – Não, eu concordo.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**(NÃO IDENTIFICADA)** – Por que você não faz tipo um market4u? Constrói um

market4u...

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. RENATO** – (Falha na transmissão)... não vai atender, entendeu? Então, o que eu faço... Eu tenho uma cozinha central em que eu produzo tudo e faço a distribuição de certas unidades da (ininteligível), e eles fazem a (falha na transmissão)...motoboy.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Por que que essa cozinha... (falha na transmissão).

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – O.k.

**O SR. RENATO** – (Falha na transmissão)... senão eu não consigo vender, entendeu?

Mas é o que eu falei, eu não tenho (falha na transmissão).

**(NÃO IDENTIFICADA)** – Constrói dentro dos condomínios.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – O.k. Para encerrar.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Gente, tem microfone aberto, por favor.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Vamos desligar todos.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Não podemos ter comentários paralelos.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Por favor, desliguem os microfones.

Nós não temos como desligar por aqui?

Eu preciso contar com a colaboração de vocês. Enquanto vocês não resolvem, vamos ouvir quem está presencialmente. Assim não dá para continuar.

Tem a palavra a Sra. Paula Bonifácio, do Panamby, que está presente conosco.

**A SRA. PAULA BONIFÁCIO** – Boa tarde a todos.

Agradeço de novo a oportunidade....

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**A SRA. PAULA BONIFÁCIO** – E a democracia aqui toda representada.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Não acredito que a gente não possa desligar o sistema online por alguns minutos para ouvirmos aqueles que estão presencialmente.

Vamos dar o direito de fala a todos, mas assim que pudermos reorganizar.

Paula, com a palavra.

**A SRA. PAULA BONIFÁCIO** – A questão da turbina. Eu tenho indústria não alimentícia, mas tenho indústria.

Sabe o que acontece se eu colocar esse monte de particulado? No mesmo dia eu recebo fiscalização. Por que a indústria gera mais empregos e seria uma maravilha que eles não se instalassem em bairros residenciais e sim em bairros industriais? Porque a indústria gera ainda mais empregos. Tem um monte de fiscalização, um monte de protocolos a serem seguidas, tem auditoria dia e noite. Graças a Deus, porque isso é o certo.

Então, é muito simples resolver essa questão. Eles precisam de uma série de adequações. A gente tem de fiscalizar depois, mas a gente tem de começar lá atrás. Eles não podem simplesmente terem alvarás concedidos eletronicamente. Isso é óbvio. Eles não podem funcionar em bairros residenciais sendo que é bem claro que o incômodo é imenso e apenas não funcionar da 1h às 5h. Esse horário no PL é um absurdo.

A incomodidade já está bem clara para todo mundo. A partícula cancerígena já está bem clara para todo mundo. A questão é: eles não são empresários sérios. E como industrial, sinto-me violada porque fazemos tudo dentro da lei para funcionar em São Paulo e conseguir pagar todos os impostos e contas. De repente, o que temos de patrimônio vira pó. O sonho de construção que temos de construção de família a gente tem de abandonar. (Palmas)

Temos de abandonar a cidade de São Paulo? Não é possível. São Paulo não pode virar uma bagunça. A gente, realmente, conta com vocês. O que a gente está pedindo e o mais óbvio que o Gustavo falou por último é: parem as obras enquanto elas estão em andamento para

a gente poder debater tudo o que é preciso, todos os protocolos, tudo o que vão ter de apresentar antes.

Parem a obra do Panamby, pelo amor de Deus, e todas as outras. Eles não podem simplesmente ficar funcionando. Sabem por quê? Porque daqui a pouco a gente vai falar: gastaram tanto de dinheiro e o empresário não pode ser prejudicado. Então, não vamos prejudicar os empresários, não vamos prejudicar ninguém. (Palmas) Vamos parar essas obras.

Estamos falando de saúde mental. Depois da pandemia, não é possível que a gente não esteja levando essa pauta em consideração ou que temos de ouvir que isso é elitismo. Elitismo? A gente vê o nosso patrimônio virar pó enquanto o IPTU não virou pó? Não é elitismo. Eu sinto muito, mas, na verdade, esse motoboy que se manifestou não deveria ter sido barrado, ele deveria ter falado até o final. Ele tem de trabalhar mesmo, ele tem de sustentar a família dele. Ele consegue correr quilômetros a mais se estiver em vias largas.

Bom, basicamente, eu acho que é isso. Se for indústria, nós vamos ter muito mais geração de emprego, isso está muito claro; as vias têm de ser largas e de grande tráfego. Tem de ser pedido Estudo de Impacto Ambiental antes de qualquer aprovação; Estudo de Impacto de Trânsito antes de qualquer aprovação.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**A SRA. PAULA BONIFÁCIO** – Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Muito obrigado, Paula.

Vany Laubé, do Panamby.

**A SRA. CRIS MONTEIRO** – Vereadora Ely Teruel, feche o seu microfone.

**A SRA. ELY TERUEL** – Sim, Vereadora Cris Monteiro.

Pela ordem, Presidente. Nós estamos no híbrido e não estávamos ouvindo. Então, eu estava tentando, por isso o meu microfone estava aberto.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Vereadora.

Amauri de Oliveira. (Pausa)

Vany Laubé e, depois, Amauri de Oliveira.

**A SRA. VANY LAUBÉ** – Eu queria falar para os senhores da Mesa, a quem agradeço a oportunidade de estar falando, o seguinte: aqui nós temos médicos, jornalistas, advogados, industriais, nós temos uma série de pessoas e todo mundo com muito conhecimento. E todos vocês já receberam, de uma forma ou de outra, porque eu tenho uma relação de todos os Vereadores, inclusive, que a Associação já fez contato para enviar os laudos técnicos – que foram pagos com o nosso dinheiro -; advogados que estão, inclusive, trabalhando nisso, como é o caso do Dr. Dalmanto. Vocês têm todas as informações para tomarem as decisões importantes. O PL não representa tudo isso que nós estamos falando. Votar esse PL, não acredito que seja uma coisa muito importante neste momento, que não acabar com ela. O Ministério Público pode fazer isso: ele pode acabar com essa votação e criar um novo processo para que consigamos elencar tudo isso que está aqui (Palmas)... e, efetivamente, vocês fazerem história.

Em Barcelona e em Londres, as *dark kitchens* foram devidamente banidas. Vocês têm como acessar essas informações também e têm como saber todo o processo que envolve para se fazer isso. Vocês têm a história na mão para que o Brasil não seja o país que vai abraçar isso aqui, como ele acaba abraçando tanta coisa ruim para a comunidade. Nós pagamos impostos caros. (Palmas) Eu sou uma professora de inglês. Já fui jornalista e eu vou largar São Paulo. Eu vou largar São Paulo com a minha família se isso continuar, porque isso não é bom para os motoqueiros. Desculpe, motoqueiros, mas isso não é bom para vocês. Vocês não têm dignidade no trabalho. Isso não é bom para quem mora no entorno. Isso não vai ser bom para os políticos, inclusive. Vocês têm eleições pela frente aí. Pensem nisso, pelo amor de Deus. (Palmas) E insegurança para as crianças.

E se essa porcaria explodir, eu pergunto: quantos “Cubatões” serão necessários aqui antes que vocês tomem a decisão correta de acabar com esse PL? Não é esse PL que vai passar ou que tem de passar. Fazer a fiscalização da lei que está aí, checar e acabar com as *dark kitchens* porque o CNPJ está errado. Está tudo fora da lei.

Gente, pelo amor de Deus. Não é mais saber se tem espaço para moto ou não. Pelo amor de Deus, sejamos inteligentes e não subestimemos a inteligência de todo esse pessoal que

está aqui. (Palmas)

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Vany.

Amauri de Oliveira, Panamby.

**O SR. AMAURI DE OLIVEIRA** – Bom, vou aproveitar para mandar um recado para o Jorge Pilo, já que ele está assistindo a esta audiência, que ele é o espertalhão. Ele tem o melhor negócio do mundo. O espertalhão. E qual é o negócio? Seguinte, a legislação tem furos. A Administração Pública é um mastodonte, é um dinossauro que anda devagar. Os políticos levam o quê? Um ou dois anos para legislar sobre qualquer coisa. Então, eu sou espertalhão, vou comprar o terreninho mais barato, encrustado entre os prédios, aquele terreninho que ninguém quer, vou construir uma baita de uma indústria, vou ganhar o maior dinheiro.

Um CNPJ para cada *dark kitchen*, a Administração Pública vem falar comigo? Vai ter que falar com cada uma das *dark kitchens*. Eu não tenho nada a ver com o que a cozinha está fazendo. Esse é um espertalhão, vão faturar dinheiro, um monte. E tem funcionário.

A gente esteve na Subprefeitura do Panamby, o único departamento que eu conheço da Prefeitura que está defendendo a continuidade das obras. Estivemos lá e falamos com a pessoa que aprovou o Alvará. Ela falou para a gente: "Eu não sabia que era uma *dark kitchen*, não estava expresso isso". O espertalhão ganhou.

A gente foi conferir o projeto, Sr. Secretário, são dois projetos, um que eles apresentaram ao Condephaat, com dois andares; o segundo foi para a Prefeitura, com três andares, que é o real. Mas se você falar com os caras da Prefeitura, ninguém sabe de nada, e eles estão ganhando. A Prefeitura é devagar, é um dinossauro, então eles estão com a obra no Panamby. Só que eles estão se esquecendo de uma coisa: a população, o povo que vive no Panamby. Nós não temos as mãos atadas como esses senhores e nós somos muito mais ágeis do que esse espertalhão da *dark kitchen*.

Vou deixar um recado a ele: Vocês não vão funcionar no Panamby. Vocês vão ter que comprar a PM, vocês vão ter que comprar o mundo para funcionar lá. Vocês podem construir



aquela porcaria, mas vocês não vão funcionar no Panamby. Vocês estão se esquecendo da população, e nós vamos resistir. E aviso também aos restaurantes que vão comprar espaço lá: vocês não vão funcionar no Panamby. Eu não sei dos outros lugares. Mas no Panamby não vai funcionar.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** - Ok. Obrigado. Sr. Amauri, eu entendo a sua manifestação, mas ela é desrespeitosa por nos chamar de "mãos atadas". Nesta Casa, nós fomos pegos de surpresa por um vírus e o mundo não sabia dele. Nós descobrimos esse *dark kitchen* aqui e estamos correndo atrás do prejuízo. Todos nós vacinados ainda estamos tendo Covid. Então, precisa entender que nós estamos correndo atrás do prejuízo. E estou falando em nome dos companheiros, porque há o empenho da Câmara. Entendo o seu desabafo, está absolutamente correto, mas eu só não queria...

---

- Conversa fora do microfone.

**O SR. FABIO RIVA** - O senhor faltou com respeito com o Poder Público. Só isso. Ok, o desabafo, mas o senhor tem que ter respeito com os Vereadores da Casa e com o Poder Público.

Ninguém aqui está brincando. Inclusive, a gente está há quase quatro horas ouvindo todo mundo. Então, o senhor, por favor, tenha respeito a todo mundo.

Isso não agrega na solução. A gente está aqui para ter uma solução, agregar, caminhar, construir. O senhor foi desrespeitoso com o discurso.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** - Tem a palavra a Sra. Maria Del Carmem Hipolito Chaves, Vila Alexandria.

**A SRA. MARIA DEL CARMEM HIPOLITO CHAVES** - Boa tarde a todos. Já foi dito tudo e estou com vocês. Inclusive, eu queria dizer uma coisa fora do esquema: sempre que eu posso, eu ouço o Oito em Ponto. Eu sei que alguém aí vai entender o que estou falando.

Gente, nós não somos do Panamby. A Roseli já falou do nosso bairro, um bairro pequenino, agradável, chamado Vila Alexandria, onde nós temos saguis, bem-te-vis, sabiás, maritacas, que vão até a minha varanda cantar.

Tudo o que os senhores puderem fazer, façam, porque os senhores estão representando a gente. Os senhores foram eleitos, foram colocados aí, principalmente para defender que a gente viva bem nesta cidade chamada São Paulo.

Eu entendo que vai ser o primeiro motivo que está levando os senhores a se reunirem aqui conosco.

O bendito do projeto que foi apresentado é tampar o sol com a peneira – não diz nada, não resolve nada.

Os senhores estão me ouvindo por acaso? Espero que sim.

- Manifestação do público.

---

**A SRA. MARIA DEL CARMEM HIPOLITO CHAVES** – Então esse projeto é um zero à esquerda. Não sei como os senhores, ou alguém aí, tiveram a ousadia de propor esse pseudoprojeto.

Agora eu só queria levar uma coisa: o AVCB... Antes disso, o plano diretor do nosso bairro diz que as indústrias pequenas podem ser instaladas desde que não tenham emissão de odores e nem vibração.

Essa que está sendo instalada aqui na Abelardo já está contra o próprio Plano Diretor Estratégico, que o senhor aí levantou isso. Está escrito lá no PDE, bonitinho. E eu só queria levantar o AVCB.

Eu fui perguntar para os bombeiros se esse local tinha AVCB. E tem. Eles me falaram que tem um AVCB – foi só essa a resposta que eu tive – como um local. Mas, se isso daí é como tem cozinhas autônomas, com CNPJ cada cozinha, o AVCB deveria ser de cada cozinha.

Eu não sei o que diz o AVCB que eles conseguiram. Se foi o AVCB do restaurante que existia no local anteriormente. Tá certo?

Eu digo isso porque, gente, sem o AVCB eles não podem funcionar. E o AVCB proíbe

a emissão de odores. Então, como eles têm AVCB, se eles emitem odores? Como eles têm AVCB, se não tem uma saída de emergência? Como eles têm AVCB, se as cozinhas não têm nem janelas?

Se os senhores me explicarem, eu agradeço.

É só isso. Eu sou curtinha.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Nelson Rodrigues está? (Pausa)

Só para nos posicionarmos com relação a tempo.

Nós só temos mais 30 minutos, que este salão tem que ser entregue para uma outra sessão que acontecerá em seguida.

Nelson Rodrigue está nos ouvindo? [silêncio]

Ficou faltando aqui o Agrimeron Costa.

Está presente? [silêncio]

Não, não está.

**O SR. CARLOS** – Eu posso falar no lugar do Agrimeron, por gentileza?

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Ok, Carlos, pode falar.

**O SR. CARLOS** – Muito obrigado.

Eu acho que essa discussão toda que está se desenrolando (Falha na transmissão) como nós contra eles.

Eu acho que ninguém é contra a atividade. A questão, e a exemplo do Panamby, é que existem diversas possibilidades de locais próximos, inclusive, ao escolhido, que não teriam o menor problema de impacto da forma como ele está se desenrolando. Em outras situações, em outras localidades, a mesma coisa. E é muito injusto que as empresas que estão promovendo esse tipo de atividade em condomínio... (Falha na transmissão) ...de obras (Falha na transmissão) ...em uma autodeclaração onde eles falam que eles são um pequeno comércio, ou eles fazem uma reforma do ponto, e depois instalam diversas empresas lá dentro que vão ser... (Falha na transmissão) ...individualmente. Eu acho que é desonesta a forma como é feito. É

desonesto com estabelecimentos similares que funcionam. É uma luta completamente injusta ao que já acontece.

Eu, hoje, sou morador vizinho de uma... (Falha na transmissão) ...pelo Panamby. Tenho vários amigos que são vizinhos lindeiros... (Falha na transmissão), como a exemplo do... (Falha na transmissão). E já temos a parte prática já comprovada, dos problemas que vêm causando de uma ordem enorme. Eu já tive estabelecimento comercial, já tive bares e restaurantes, tem uma partilha enorme... (falha na transmissão) ...eu não sei dizer se tem outra forma com que eles possam desempenhar de uma maneira completamente como eles vêm fazendo (ininteligível).

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Carlos.

Gente, vou passar a palavra para o Marcelo Torres que é Presidente do Viva o Paraíso. Por um erro nosso, nós o pulamos. Desculpe-nos. Em seguida, a palavra vai ao Ministério Público.

**O SR. MARCELO TORRES** – Eu agradeço a oportunidade em nome dos moradores do Paraíso. Eu sou da Associação Viva o Paraíso. Sou Presidente da Associação. Agradeço a homenagem que recebi do pessoal do Panamby... (Palmas) ...que me deu essa forma de protesto que é perfeitamente viável. É uma autêntica forma de protesto.

Quero aproveitar, Sr. Alexandre Modonezi, o senhor que foi Subprefeito na nossa Vila Mariana; o Sr. Fabricio Costa também foi Subprefeito na nossa região da Vila Mariana; os senhores conhecem bem a nossa região.

Eu recebi o ofício do Gabinete do Prefeito encaminhado ao Presidente da Câmara: “Tenho a honra de encaminhar a V.Exa., a fim de ser submetido a exame e deliberação desta Egrégia Câmara, o incluso Projeto de Lei que visa a estabelecer regras aplicáveis a estabelecimentos formados por um conjunto de cozinhas industriais utilizadas para produção de diferentes restaurantes e/ou empresas destinadas à comercialização de refeição de alimentos”.

Então, se um projeto de lei é encaminhado que cita em seu cabeçalho que são cozinhas industriais. Não cabe a mim julgar a questão. (Palmas) Ao Ministério Público que está

aqui presente. Eu gostaria que o senhor analisasse o conteúdo desse projeto de lei que cita, expressamente, que são cozinhas industriais, diferente do que foi manifestado aqui.

Eu aprendi com um filósofo que temos a regra do um terço. Então, um terço é a favor – somos nós que estamos organizados -; um terço é contra - são os empreendedores, os que vieram defender -; e, um terço é indiferente – porque não conhece o processo, não está envolvido no processo.

A partir do momento em que nós estamos aqui, nós queremos envolver os senhores neste processo para que, de uma forma consciente, estabeleçam as regras mais importantes da convivência humana: só autorizar para NR3 e Ind2. Fora disso, não há possibilidade de convivência na sociedade (Palmas) com esses empreendimentos industriais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado.

Tem a palavra Roberto Carramenha, do Ministério Público.

**O SR. ROBERTO CARRAMENHA** – Boa noite de novo. O adiantado da hora deixa a gente um pouco cansado, mas quando nós estamos numa luta não podemos pensar em cansaço.

Eu gostaria de fazer algumas ponderações porque foram feitas algumas referências a situações que existem no Ministério Público e situações que já estão em curso. Uma delas é a questão de se falar de direito adquirido. Acho importante pontuar o seguinte: a Constituição Federal garante, de um lado, o direito à prática da atividade econômica, artigo 170; de outro lado, ela garante o direito ao meio ambiente equilibrado, artigo 225.

Mas temos que nos lembrar de que o artigo 170, ao garantir a atividade econômica, prevê em dois incisos III e VI a situação da garantia de que para o exercício regular da atividade econômica há que se respeitar e cumprir a função social da propriedade e o direito ao respeito ao meio ambiente. (Palmas) Isso é importante pontuar.

Em segundo lugar, o artigo 225 estabelece que é dever do Poder Público e da coletividade preservar e proteger esse meio ambiente para a sadia qualidade de vida. E quando

falamos em “sadia qualidade de vida” e nos referimos à saúde, saúde pública, estamos tentando garantir um direito social, que também está previsto no artigo 6º, da mesma Constituição. O direito à saúde e o direito à segurança, que estão expressamente ali previstas.

Os senhores mencionaram a questão da segurança escolar. A questão da segurança está posta na Constituição em relação a qualquer empreendimento, em relação à defesa também do direito social, previsto nesse artigo 6º.

Quando há dois direitos tutelados no mesmo patamar constitucional: trabalho, atividade de trabalho, econômica, e meio ambiente; existe aí aparentemente um conflito: o que deve prevalecer? Em momento algum eu ouvi, nesta audiência pública, os senhores contestarem o exercício da atividade e contestam o local da atividade. (Palmas) Essa é a questão que tem de ser muito bem-vista ao se elaborar qualquer projeto e até mesmo licenciamento.

Quando nós temos no mesmo patamar constitucional dois direitos assegurados, com todo o respeito, deve prevalecer aquele que é mais relevante. Na minha visão, mais relevante é a sadia qualidade de vida de uma população. (Palmas)

É essa a questão.

- Manifestações na plateia.

**O SR. ROBERTO CARRAMENHA** – E diante dessa situação, eu falo o seguinte: a atividade que vier a ser desenvolvida, ainda que licenciada, é uma atividade no exercício da atividade econômica, uma atividade contínua. Não estamos apenas falando de uma construção, mas de uma atividade econômica que está realizando suas atividades diariamente, portanto, ela pode e deve ser fiscalizada. Ela pode e deve sofrer a fiscalização do Poder Público – já existe lei para isso.

É essa a questão, só estou pontuando a questão que envolve situações de fiscalizações, existem detalhes em relação a alguns casos. Vou deixar pontuado que existem cinco casos na Promotoria.

E quando eu digo que a atividade pode e deve ser fiscalizada, para rebater o direito adquirido eu digo que ninguém tem o direito adquirido de poluir ou degradar. É essa a questão.

(Palmas) E é isso que eventualmente deve ser visto e questionado.

É isso que eu deixo como questionamento.

Para finalizar, pelo menos a minha fala, a Promotoria conta hoje com cinco casos, cinco casos variados, envolve o da Vila Mariana, da Rua Dolzani, e o Dr. Jairo, que estava aqui, mas precisou se ausentar, já disse que vai visitar o local. Ele pediu apenas a identificação, ele tem esse procedimento, mas talvez a identificação de algum representante para essa visita.

O caso que está comigo há dois meses, como foi bem-dito pela senhora, que passou Promotor, passou o Dr. Geraldo, passou o Dr. Proença, durante esse tempo, eu assumi a titularidade do cargo faz dois meses. E, nesses dois meses, ao assumir, estou na dependência de um parecer do CAEx – como eu disse inicialmente. Mas também deixo o mesmo anúncio feito pelo meu colega Jairo de realizar a visita, em sendo possível, desde que identificado o local que vocês queiram que eu visite, a casa de vocês ou qualquer imóvel.

E os demais Promotores se colocaram à disposição para recebê-los.

A nossa preocupação com esse projeto de lei está baseada justamente na necessidade de ser analisada, com a mais absoluta cautela, a tecnicidade do projeto, quer dizer, a questão técnica, para se definir local, melhor local, coisa que não foi discutida provavelmente nessa forma de obtenção de licenciamento. Porque num licenciamento ambiental regular se estuda inclusive alternativa locacional, partindo-se da visão de locação zero, ou seja, naquele local não há possibilidade por incompatibilidade, por ser incompatível.

Na minha visão, pelo menos pela discussão do que eu colho de subsídio para o meu inquérito civil, pela fala dos senhores, pelo que está sendo colocado, demonstra-se que não é nem um uso compatível com o residencial, nem tolerável pelo residencial. (Palmas) Essa é uma questão fundamental, aí por que foi dito agora, nessa última fala, questão de eventual enquadramento como NR3 para esse tipo de empreendimento, nR-3 Ind-2, como foi colocado.

O Ministério Público está atento à questão. Eu sei que é desesperador para muitos, porque é perturbador, existe a situação da incomodidade. Existe toda a situação de problemas que podem surgir, potencialidade de lesão, ainda que não concreta hoje por alguma razão, mas

com o acúmulo ao longo do tempo é prejudicial à sadia qualidade de vida de todos os senhores.

Essas questões estão sendo vistas pelo Ministério Público – eu gostaria de deixar pontuado. O Ministério Público precisa acompanhar justamente porque foi posta e fomos convidados para acompanhar um projeto de lei e, eventualmente, até contribuir e colaborar, como eu tinha dito inicialmente, eventualmente trazer algum elemento para contribuir. Particpei muito mais como ouvinte, mas anotei todos os reclamos, reclamações e apontamentos feitos para levar em consideração na análise do meu expediente na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente.

Dr. Pedro gostaria só de tecer algumas considerações porque envolve também a questão de urbanismo e ele tem apontamentos a serem feitos a respeito disso.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. ROBERTO CARRAMENHA** - Pois não?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. ROBERTO CARRAMENHA** - O processo legislativo tem a sua tramitação regular pela iniciativa do projeto.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. ROBERTO CARRAMENHA** - Exatamente. Existe um processo legislativo que tem que ser respeitado, iniciativa do Executivo e tramitação pelo Legislativo. Qualquer alteração tem que ser discutida aqui. Eventual substitutivo dá tramitação também. *Okay?*

Agradeço a atenção. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Dr. Pedro, por favor.

**O SR. PEDRO JAVARONI MACHADO FONSECA** – Minha fala vai ser bem breve, vão ser mais umas indagações para os técnicos DEUSO e da SMUL que estão aqui, e para o Sr. Secretário a respeito desse projeto de lei.

A primeira questão é, conforme o Sr. Secretário sabe, a Promotoria de Habitação e Urbanismo encaminhou uma recomendação, lá em 23 de abril, para a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, recomendando que a questão das *dark kitchens*, como ainda estava incipiente, pelo menos na nossa cabeça, que a gente sabe que funcionam atualmente a da Lapa e a do



Brooklin; Vila Mariana, Panamby ainda estão em fase de construção; Paraíso estava parado mas, pelo que disseram hoje, voltou, aparentemente.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PEDRO JAVARONI MACHADO FONSECA** – Cambuci funcionando?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PEDRO JAVARONI MACHADO FONSECA** – Na Abílio...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PEDRO JAVARONI MACHADO FONSECA** – A questão que eu queria perguntar...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PEDRO JAVARONI MACHADO FONSECA** – Na Abílio Soares, essa a gente...

**(NÃO IDENTIFICADO)** – O da Vila Alexandria vocês falaram com Abelardo? É só Abelardo, ou tem mais algum...

- Manifestação fora do microfone.

**(NÃO IDENTIFICADA)** – É Abelardo Vergueira César.

**O SR. PEDRO JAVARONI MACHADO FONSECA** – De qualquer forma, continuando aqui na breve exposição, queria questionar a respeito do Art. 3º do projeto de lei, que é uma coisa que preocupa a gente. Pelo menos na minha visão, quando eu fui ler o dispositivo, ficou um pouco confuso, eu queria entender. Vão ser aplicadas as limitações de Ind-1b e, além disso, de nR-1, nR-2, e a questão mais relevante, principalmente para quem está aqui, que é nR-3, que lá na Lei de Parcelamento do Solo, quando a gente vai ler, quando estabelece um uso não residencial, fala-se em uso que seria compatível, o tolerável que cause e o especial incômodo, que seria o nR-3. Eu queria entender até que ponto que vão ser aplicadas sejam medidas mitigadoras nesse projeto de lei, ou medidas compensatórias relacionadas a uma atividade que seja nR-1, nR-2, nR-3.

No Parágrafo 2º desse mesmo Artigo 3º também tem um questionamento que a gente

não conseguiu entender a menção a uma manifestação técnica do órgão. O que vai ser a manifestação técnica? Vai ser a submissão à CTLU? Eu não sei aqui, para quem conhece, existe um órgão que foi criado, está inclusive na Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, que chama Comissão Técnica de Legislação Urbanística, que serve justamente para aqueles casos em que não tem nenhum enquadramento legal; uma atividade nova e, por isso, ela precisaria de um licenciamento à parte. Foi inclusive esse o próprio teor da recomendação que a gente mandou lá em abril. Posteriormente foi encaminhado esse projeto de lei do Executivo e acho que a submissão à CTLU acabou não acontecendo.

Então eu indago ao Secretário, se possível, independentemente de tramitar esse projeto de lei, será que seria possível também submeter à CTLU a discussão?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PEDRO JAVARONI MACHADO FONSECA** - Entendi, mas, de qualquer forma, interessante porque órgão técnico. A segunda questão que é interessante também que não é discutida. Algumas pessoas discutiram aqui, a questão de exigência de Certidão...

- Falas sobrepostas.

**(NÃO IDENTIFICADA)** - Ah que lindo!

**O SR. PEDRO JAVARONI MACHADO FONSECA** - Não é mencionado nada.

**(NÃO IDENTIFICADA)** - Eles não estão...

**O SR. PEDRO JAVARONI MACHADO FONSECA** - Não é mencionada questão de Certidão de Diretriz, apesar de ser considerado sim ou não polo gerador de tráfego...

**(NÃO IDENTIFICADO)** - Sem dúvida.

**O SR. PEDRO JAVARONI MACHADO FONSECA** - Não há nenhuma menção no projeto de lei. A gente queria saber se vai haver alguma discussão posterior porque é relevante. Como aqui o pessoal acabou mencionando, existe a questão dos caminhões, veículos de carga e descarga, e um quantitativo grande de motos.

A outra questão é que também qual seria o estudo técnico que embasou, acho que o artigo 7º que menciona a respeito daqueles 12 metros quadrados para cada restaurante, que

seria a vaga de moto para não ocupar o passeio público. A gente queria entender qual seria a razão disso? Qual seria o fundamento técnico a partir disso?

Outra coisa, a gente também tem ciência que foi expedido um Decreto, não sei se o pessoal conhece 61.376, de 31 de maio de 2022. Suspendeu todos os alvarás de *dark kitchens*, tanto de funcionamento quanto alvará em processamento. Eu gostaria de saber a respeito da fiscalização como que está sendo. Está sendo, não sei se é no caso de SMUL, ou se é a SMSub, a Secretaria de Subprefeituras.

- Manifestação do público fora do microfone.

**O SR. PEDRO JAVARONI MACHADO FONSECA** - A da Lapa não parou.

- Manifestação do público fora do microfone.

**O SR. PEDRO JAVARONI MACHADO FONSECA** - Não parou?

- Manifestação do público fora do microfone.

**O SR. PEDRO JAVARONI MACHADO FONSECA** - Sim...

- Manifestação do público fora do microfone.

**O SR. ROBERTO CARRAMENHA** - Me permite, Vereador.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** - Sim.

**O SR. ROBERTO CARRAMENHA** - Essa ação judicial teve agravo de instrumento interposto pela Municipalidade, que pediu efeito suspensivo dessa decisão liminar e não obteve, em caráter liminar, pelo que eu soube. O Tribunal de Justiça não concedeu o efeito suspensivo. E o agravo...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. ROBERTO CARRAMENHA** - Perdão. Desculpe. Vou repetir.

Essa ação judicial que mencionam, existe uma ação em que foi obtida uma liminar. Essa liminar seria para não ter fiscalização nem sanção. Grosso modo é isso.

Sequência disso, a Municipalidade foi citada e intimada a desta ação. Na intimação, ela ao receber a intimação da liminar ela entrou com agravo de instrumento. Esse agravo de instrumento foi pedido um efeito suspensivo. Juridicamente, significa: a Prefeitura foi pedir ao

Tribunal que aquela liminar que foi concedida não surtisse os efeitos dela. Fosse suspensa, até julgamento final desse agravo.

Não tenho notícia do final do agravo, porque não concedido o efeito suspensivo, a liminar que eles obtiveram prevalece. Por isso que, quando os senhores mencionam que a subprefeitura não tem o que fazer, é porque a subprefeitura não tem por conta de uma decisão judicial que garante ao empreendedor continuar.

O que precisa ser visto é a sequência desse processo é o agravo de instrumento ser julgado, e eventualmente serão três desembargadores que vão examinar a questão. E aí ter uma votação, ter um julgamento a respeito desse agravo, para dizer se prevalece a medida liminar ou se cai a liminar. E o processo principal continua com direito de a Prefeitura oferecer sua resposta, sua contestação ao pedido que foi formulado.

Ao que me parece existe uma pendência de julgamento de recurso de Agravo e ainda está no prazo, pelo menos pelo pouco que obtive de informação, mas acho que há representantes da Municipalidade que podem assegurar isso. Existe a situação de continuidade desse processo em que a Prefeitura vai apresentar sua resposta e, provavelmente, vai contestar o pedido que está sendo formulado.

Então o que a subprefeitura está dizendo, quando vocês mencionam – entre aspas também – mãos atadas, a situação é um pouco essa. A situação da subprefeitura é respeitar uma ordem judicial. Se tem uma ordem judicial ela é obrigada a respeitar.

Assim como eu. Eu sou promotor de justiça, eu posso entrar com uma ação, pedir liminar, não obter a liminar. Entrar com um recurso e perder o recurso, não ter direito à minha liminar. Vocês vão me perguntar: e o senhor o que faz? A princípio estou de mãos atadas, vou ter de esperar o julgamento final desse processo.

Não sou eu que falo pela Prefeitura. A Prefeitura tem a sua Procuradoria Geral do Município, tem o seu Procurador. A Subprefeitura é Prefeitura, a Prefeitura é citada da ação, é intimada das decisões judiciais e cabe a ela, por meio da sua Procuradoria, tomar providências.

É só para deixar claro isso.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Ok. Obrigado. Vou passar a palavra ao Secretário Modonezi, que não falou no início, para poder fazer suas considerações. Secretário, estamos com o tempo muito em cima, mas é importante sua fala.

**O SR. ALEXANDRE MODONEZI DE ANDRADE** – Boa noite a todos. Presidente, eu acho que esse assunto está no momento certo na Casa certa, para debatermos. Vou só pontuar e fazer uma questão, um pouco, do motivo por que eu acho que chegamos aqui.

A primeira coisa eu já falei em outras audiências. Não deu certo o modelo que vocês inventaram, na construção das *dark kitchens*. Acho que isso é um fato constatado. A quantidade de reclamação que as Subprefeituras têm recebido demonstra que esse modelo gerou uma incomodidade acima de todos os outros temas que temos. A *dark kitchen* se superou com relação a isso e acho que vocês precisam olhar essa questão de incomodidade como um fato a ser resolvido. A incomodidade é muito ampla. Ela envolve ruído, lixo, os motoqueiros, uma série de tópicos que precisam ser olhados diferentemente.

A legislação, em minha opinião, quando foi criada por esta Casa, pensou, lá atrás, em fomentar espaços compartilhados de atividades comerciais. Então, em vários lugares, você tem farmácia, café, loja de chocolate, às vezes, uma lojinha, uma loja de conveniência e tal. A lei foi pensada e criada nesse sentido, de você gerar áreas compartilhadas de serviços na cidade para melhor servir a comunidade. Inclusive, o Morumbi tem vários exemplos desses, que tiveram sucesso. Toda legislação criada e todo licenciamento e a desburocratização do licenciamento foram pensados – e, até então, era o que existia – a essas atividades que não davam conflito nem incomodidade. Elas serviam a comunidade local.

Dentro disso, surgem, nos últimos anos, na pandemia, as *dark kitchens*, que apresentam uma complexidade e uma atividade totalmente diferente daquilo que tínhamos na cidade até então. Neste momento em que a Casa discute, para mim, as *dark kitchens* não podem ser consideradas sem serem polos geradores de tráfego. Elas são polos geradores de tráfego, embora se utilizem de áreas pequenas. Não sei como colocar isso na legislação, mas isso tem de ser visto, porque isso reflete diretamente no conforto e na convivência pacífica dos moradores.

Por que a atividade da *dark kitchen* é de baixo risco? Quando foi criada a atividade de baixo risco na cidade – e nós temos quase mil atividades de baixo risco –, ela é pensada para a costureira, para uma lanchonete, para um mecânico. São locais pequenos, com uma ocupação abaixo de 1.500 metros quadrados, com ocupação de 750 metros, e que envolvem atividades que não são polos geradores, que fomentam a atividade econômica e fomentam, também, a prestação de serviço local. Esse é o conceito da desburocratização.

Dentro de tudo isso que foi criado – e que, em minha opinião, é acertado –, as *dark kitchens* entraram nessa condição, mas elas não são essa condição. (Palmas) Elas são diferentes disso e isso precisa ser revisto. Elas têm de ser analisadas como atividades que não são de baixo risco, porque elas geram tráfego, ruído. Elas têm uma complexidade de instalação diferente.

Quando se coloca na classificação das atividades, por que é que ela é possível no Panamby? Eu estive lá, visitando a área. Eu rodei por várias – não sei se todas, porque os endereços que eu tinha eu fui visitar. Contudo, por que é que ela pode estar ali? Porque ali pode haver uma atividade de prestação de serviço pequena, que não iria gerar nenhuma incomodidade, e sim prestar um serviço àquela localidade. É por isso que a lei pensou isso, mas a essa atividade com a complexidade, com aglomeração que ela causa, não pode ser colocada naquele local. (Palmas)

E acho que neste momento...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. ALEXANDRE MODONEZI DE ANDRADE** – A suspensão da obra, estamos trabalhando com a Procuradoria do Município, existe um problema legal e a gente só pode fazer aquilo que a lei determina. A lei não prevê uma cassação de alguém que conseguiu uma licença dentro da Legislação, embora exista uma possibilidade jurídica. É isso que a PGM está estudando para o caso específico, para que a gente suspenda essa licença. Estamos aguardando isso - como é o caso da Lapa. Infelizmente, o Judiciário entendeu que a ação da municipalidade era uma ação que não deveria ter continuidade. Suspendeu a nossa ação. Houve

uma tentativa de revisão, ainda está no prazo, como disse o doutor. A Procuradoria do Município vai recorrer dessa decisão, mas fomos obrigados a cumprir uma decisão judicial.

Outro aspecto que deve ser considerado e a *dark kitchens* apresenta isso, as atividades que são ME não são passíveis de uma série de fiscalizações de atividades, outras. Isso impede a ação da nossa fiscalização. Presidente, a gente tem que ver como conseguir colocar que essas atividades, que geram uma incomodidade tão grande, não sejam classificadas como ME e que a gente possa ter uma fiscalização diferenciada, pelo menos, em comodidade.

Outro assunto, Presidente, se me permite. Acho que a Legislação precisava ser bem mais clara nas penalidades que poderão ser aplicadas nas *dark kitchens*. A gente fala da Legislação existente, mas acho que isso tem que estar mais explícito. Quais são as fiscalizações, as ações e punições que vão acontecer. Temos fiscalizado, temos feito ações. É um assunto complexo de fiscalização, mas na minha opinião pessoal é que vocês estão corretos nessa luta e que esse assunto que surgiu, recentemente, precisa ser resolvido e pacificado na cidade de São Paulo.

Obrigado, Presidente.

- Manifestações da plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Sr. Secretário. Alguns Vereadores abriram mão da fala para podermos cumprir com o nosso horário.

Vereadora Cris Monteiro está inscrita? Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. CRIS MONTEIRO** – Bem rápido. Primeiro, gostaria de me manifestar mais uma vez. Não é primeira vez que estamos juntos, mais uma vez parabéns a todos vocês que estão aqui.

Eu, há cerca de quatro, cinco meses talvez, junto com o Sr. Bruno e com o Pilo, fui visitar as *dark kitchens*. Fiquei muito impressionada pelo negócio. Sou uma pessoa liberal, do Partido Novo, e fiquei encantada. Obviamente, à medida que o tempo foi passando, a informação que vinha de vocês, não mudou minha ideia porque acho que o negócio é bom, mas obviamente...

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. CRIS MONTEIRO** - Exato. Vocês se lembram, nesta mesma sala, eu tinha um projeto de lei, depois que escutei vocês eu o suspendi. Eu estou, absolutamente, convencida de que os senhores têm toda a razão. Não vou falar muito mais. Contem comigo. (Palmas)

Digo mais, eu não posso falar por todos os 55 Srs. Vereadores, mas eu tenho certeza absoluta de que a mobilização de vocês, sim, impactou uma grande parte desses Vereadores. Não posso falar por todos, eu poderia dizer que toda a Câmara Municipal está sim engajada e vai trabalhar.

Vocês escutaram, temos dificuldades jurídicas. Eu lamento muito, mas acho que eles de fato, fizeram uso de uma brecha da lei, fizeram uso do momento. É uma pena, porque sou a favor do negócio. A gente fala aqui, e acho que escutei do senhor, que gera emprego, o tráfico de drogas também gera emprego. E não é isso que a gente quer.

E em especial, queria falar - porque tem um senhor aqui que ficou muito nervoso - sobre as escolas. Ele vem insistindo comigo sobre essa história da escola. A minha pauta de eleição, de campanha é a Educação. Eu não posso ver aquele vídeo daquelas crianças brincando na escola com a fumaça na cara delas. Podia ser meu filho, meu neto. Não é isso que eu quero.

Contem conosco. Contem com esta Câmara a despeito sim de dificuldade, a gente tem de seguir o processo legislativo, tem que revisar, mas isso vai ser solucionado e sabe por que vai ser solucionado? Porque vocês da sociedade civil estão aqui conosco, o trabalho para a sociedade ser melhor é a junção da sociedade civil, do Legislativo, do Executivo, sem isso, não funciona, é lamentável porque demora, mas funciona. Parabéns para vocês.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado. Vereadora Sandra Tadeu.

**A SRA. SANDRA TADEU** – É o seguinte, na última audiência pública, eu dizia aqui que a Prefeitura tinha uma grande parte de culpa nessa questão, por falta da fiscalização, hoje aqui conversando, na verdade, não. O Modonezi fez um trabalho grande na Prefeitura, na questão da digitalização, na questão de modernizar o sistema. O que mata nesse país e nessa



cidade é o jeitinho brasileiro. Eles fizeram uma coisa certa para vários tipos de serviços de pouco impacto, mas as pessoas usaram de má-fé e foram lá e, oh. Você viaja para o exterior, compra os bilhetes, ninguém pede o bilhete para andar no ônibus. Aqui só um passando a perna no outro, é uma vergonha isso.

Estamos há quatro horas discutindo porque as pessoas usam de má-fé e vou lhe dizer mais uma vez: deixa esse projeto que está aí porque vai se fazer um substitutivo, tudo dentro das normas que foram discutidas, e ainda vai ser relido, vão ser feitas novas discussões e a própria CCJ, da qual eu faço parte, que a Presidente é a Sandra Santana, já está marcando visita, até inclusive com a Política Urbana nessas cozinhas.

Quero dizer para você, Marcos, eu estou numa CPI do Polo Petroquímico, que eu nunca achei que eu ia ouvir o que eu ouvi lá 30 anos atrás, quando eu fazia faculdade, de Cubatão, eu estou ouvindo aqui do Vale de Capuava. E o pior é que vem para São Paulo a fuligem, com tanta tecnologia. Será que esses exaustores, esses negócios, tem essa tecnologia? Daqui a alguns anos nós vamos ver as doenças respiratórias que isso está causando à população.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, quero agradecer muito os Vereadores que abriram mão da fala, agradecer ao Vereador Eli Corrêa, que também abriu mão, Vereador Rodrigo Goulart, os demais que estão aqui conosco. Vou passar a palavra para o encerramento, o Secretário da Casa Civil, Fabrício Cobra.

**O SR. FABRICIO COBRA ARBEX** – Presidente, obrigado pela oportunidade, a gente está aqui, agradeço a toda a sociedade civil que veio trazer as contribuições, sabemos que a emoção sempre fica a florada, nós somos cidadãos antes de entes políticos e também sofremos com várias questões da nossa vizinhança.

Fui Subprefeito e com o Marcelo tivemos várias vezes, no Paraíso, e o mais importante é trazer aqui a mensagem do Prefeito. O promotor falou de um Decreto de 31 de maio que suspendia todas as novas *kitchens*, isso foi pedido pelo próprio Prefeito, ele pediu. Vamos mandar um projeto de lei para criar as novas regras de um assunto que cresceu nos últimos

meses e suspende tudo aquilo que está em andamento. Infelizmente a efetivação está tendo algumas questões judiciais. Estávamos conversando aqui, Gadelha e Modonezi, os técnicos da Secretaria, vendo como podemos fazer com que isso realmente aconteça, do ponto de vista administrativo, sem depender de decisão judicial.

Se conseguirmos fazer valer o decreto, a suspensão, foi um pedido do Prefeito, preocupado e sensibilizado com esse assunto, tem falado muito como o Frange falou. Ontem à noite lá no Recap, era uma da manhã, ele e sete Vereadores discutindo com S.Exa. esse assunto. Então, agradecemos, entendemos a emoção, mas que isso vai ser tratado pelo Governo e com os Vereadores, certamente, uma evolução da legislação para que a gente possa ter um equilíbrio em tudo. Agradeço, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, regimentalmente, nós não podemos permanecer mais aqui e agradeço a sociedade toda presente, o Ministério Público, os representantes do Executivo, companheiros e Vereadores e todos vocês. Está encerrada audiência pública do PL 322/2022, da Comissão de Política Urbana e Metropolitana e Meio Ambiente. Tenham todos uma boa noite.